

municipio.mondimdebasto.pt

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

2011

Divisão Administrativa e Financeira

RELATÓRIO de GESTÃO/ Prestação de Contas



município de
Mondim de Basto

[Handwritten signatures in blue ink]



2011
Divisão Administrativa e Financeira

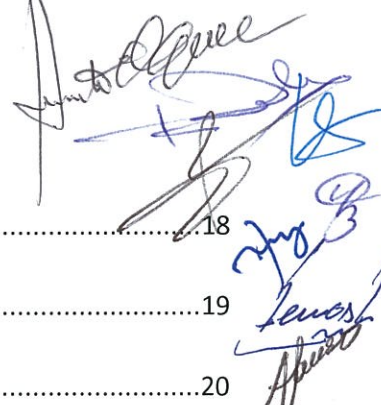
ÍNDICE



1 Introdução	5
1.1 Enquadramento Legal e Metodologia	5
2 Organização Municipal	7
2.1 Composição do Órgão Executivo	7
2.2 Estrutura Orgânica	8
2.3 Síntese das Atividades Desenvolvidas	9
3 Aspetos mais Relevantes da Conta de Gerência de 2011	18
4 Finanças Municipais	21
4.1 Análise Orçamental	21
4.1.1 Análise do Orçamento	21
4.1.2 Modificações ao Orçamento Inicial.....	22
4.1.3 Resumo dos Movimentos Financeiros da Gerência de 2011	23
4.2 Análise da Receita	24
4.3 Análise da Despesa	33
4.4 Endividamento Municipal e Endividamento Líquido Municipal	47
4.4.1 Empréstimos Bancários.....	47
4.4.2 Dividas a Terceiros - Curto, Médio e Longo Prazo	47
4.4.3 Limites de Endividamento Municipal em 2011.....	48
4.4.4 Endividamento Líquido Municipal	49
4.4.5 Situação de Endividamento do Município face aos Limites de Endividamento	51
4.5 Indicadores de Gestão Orçamental /Rácios Financeiros	53
4.6 Análise Económico-Financeira	55
4.6.1 Análise ao Balanço	55
4.6.1 Análise à Demonstração de Resultados	56
4.7 Anexos às Demonstrações Financeiras.....	58
4.7.1 Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados	58
4.8 Proposta de Aplicação de Resultados	71
5 Referência ao Plano de Saneamento Financeiro	72
6. Termo de Encerramento.....	73

ÍNDICE DE QUADROS

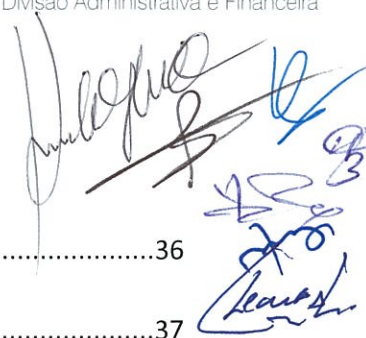
Quadro 1: Principais fontes de receita (€).....	18
Quadro 2: Principais agregados da despesa (paga em €).....	19
Quadro 3: Composição da dívida (€).....	20
Quadro 4: Execução do orçamento no ano financeiro de 2011 (€).....	21
Quadro 5: Evolução da execução orçamental (2007-2011) (€).....	22
Quadro 6: Modificações Orçamentais (€)	23
Quadro 7: Resumo da Conta de Gerência de 2011 (€).....	23
Quadro 8: Previsão/execução da receita total (€)	24
Quadro 9: Evolução das receitas no período 2007-2011 (€).....	25
Quadro 10: Estrutura e execução da receita corrente.....	27
Quadro 11: Evolução da Execução das Receitas Fiscais (€).....	28
Quadro 12: Estrutura da receita proveniente de transferências (€)	29
Quadro 13: Relação transferências /receitas totais 2007/2011 (€).....	30
Quadro 14: Estrutura da receita própria 2011 (€)	31
Quadro 15: Receita própria/receita total 2007/2011	32
Quadro 16: Previsão/execução da despesa 2011 (€).....	34
Quadro 17: Evolução da despesa paga nos últimos três anos	35
Quadro 18: Grandes rubricas de despesa	38
Quadro 19: Evolução das despesas com pessoal.....	40
Quadro 20: Estrutura de recursos humanos em 31/12/2011	42
Quadro 21: Rácio Encargos Financeiros/Despesa corrente	43



Quadro 22: Rácio Amortização empréstimos/despesas de capital	44
Quadro 23: Evolução dos encargos e passivos financeiros 2007/2011	44
Quadro 24: Distribuição dos montantes de transferências e subsídios.....	45
Quadro 25: Evolução da poupança corrente executada.....	46
Quadro 26: Dívida a terceiros - curto, médio e longo prazo	48
Quadro 27: Limite de Endividamento Líquido.....	49
Quadro 28: Endividamento líquido Municipal (Ativo-Passivo).....	49
Quadro 29: Situação do município face aos limites e endividamento.....	51
Quadro 30: Limites de Endividamento – comparação 2011/2010	52
Quadro 31: Grau de Cobertura Global da Despesa	53
Quadro 32: Estrutura da Receita	53
Quadro 33: Estrutura da Despesa.....	54
Quadro 34: Outros Rácios	54
Quadro 35: Ativo bruto	61
Quadro 36: Mapa de Amortizações	62
Quadro 37: Bens utilizados em regime de locação financeira	65
Quadro 38: Entidades participadas.....	67
Quadro 39: Dívidas em cobrança duvidosa.....	67
Quadro 40: Contas de ordem	68
Quadro 41: Mapa de provisões	68
Quadro 42: Fundo patrimonial	69

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Estrutura da Despesa Corrente.....	36
Gráfico 2: Estrutura da Despesa de Capital.....	37
Gráfico 3: Comparação das rubricas de despesa.....	38
Gráfico 4: Empréstimos bancários por instituição financeira.....	47



1 Introdução

1.1 Enquadramento Legal e Metodologia

No cumprimento ao estipulado na alínea e) do número 2 do artigo 64.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, a Câmara Municipal elabora e aprova os documentos de prestação de contas, relativos ao ano financeiro de 2011.

Cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º 2 do artigo 49.º da citada Lei n.º 169/99 e com o n.º 1 do artigo 47.º da Lei n.º 2/2002, de 15 de janeiro (Lei das Finanças Locais). Posteriormente, o Órgão Executivo remeterá para o Tribunal de Contas, até 30 de abril, os documentos de prestação de contas, nos termos do n.º 1 do artigo 51.º da referida Lei n.º 2/2002.

A prestação de contas obedece ao disposto no ponto 3 das considerações técnicas do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro, ratificado pela Lei n.º 162/99 de 14 de setembro, e alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2000 de 2 de dezembro, e pela resolução n.º 94/2001 - 2ª secção do Tribunal de Contas de 12 de julho de 2001. Os documentos de prestação de contas foram, ainda, organizados e documentados de acordo com as instruções constantes da Resolução 4/2001, de 12 de julho do Tribunal de Contas.

O presente relatório é parte integrante dos documentos que compõem a prestação de contas e constitui um documento de análise económica e financeira relativo ao ano de 2011. Pretende-se que seja um instrumento de apoio à gestão autárquica, pela possibilidade de rapidamente e de forma simples se visualizarem dados e informações que se julgam ser importantes para a avaliação global e acompanhamento da situação financeira, tanto no domínio orçamental como económico e financeiro.

Dispõe o ponto 13 do POCAL que o relatório de gestão a apresentar pelo Órgão Executivo ao Deliberativo deve contemplar os seguintes aspectos:

- Situação económica relativa ao exercício, analisando, em especial, a evolução da gestão nos diferentes setores de atividade da Autarquia Local, designadamente no que respeita ao investimento, condições de funcionamento, custos e proveitos quando aplicável;
- Uma síntese da situação financeira da Autarquia Local, considerando os indicadores de gestão financeira apropriados à análise de balanços e de demonstração de resultados;
- Proposta de aplicação de resultados líquidos do exercício;

Com o objetivo de abordar as situações mencionadas no POCAL, o relatório de gestão, é estruturado em duas vertentes, designadamente:

I – Análise dos factos e informação mais relevantes na óptica orçamental;

II – Informação na óptica patrimonial, nomeadamente da estrutura do balanço e demonstração de resultados, complementando as notas às demonstrações financeiras – ponto 8 do POCAL.

Assim, **na óptica orçamental**, analisar-se-á a estrutura da receita e da despesa nas suas componentes mais significativas, recorrendo sempre que tal se mostre relevante, à análise comparativa relativamente ao(s) ano(s) anterior(s), para avaliar a sua evolução, bem como a análise de indicadores ou rácios orçamentais que evidenciem os factos mais relevantes. Ainda nesta óptica pretende-se avaliar o impacto das alterações aos documentos previsionais, inserindo informação relativa a dotações iniciais / dotações finais por “grandes grupos” da classificação económica da receita e da despesa, bem como o nível de execução, relativamente às dotações iniciais e finais previstas nos documentos previsionais.

Na óptica patrimonial, será analisada a estrutura do balanço, a estrutura de custos / proveitos e o endividamento municipal, com demonstração da situação de endividamento municipal face aos limites. Sempre que se justifique e se considere mais elucidativo, recorrer-se-á a uma análise comparativa dos factos, relativamente aos três últimos exercícios, bem como, a análise de rácios de gestão, que se mostrem ajustados.

2 Organização Municipal

2.1 Composição do Órgão Executivo

Humberto da Costa Cerqueira

Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa

Vice- Presidente da Câmara Municipal de Mondim de Basto

Vereadora do Pelouro da Ação Social, Educação e Cultura

Francisco Peixoto Gomes Ribeiro

Vereador sem Pelouro

Lúcio Manuel Alves Machado

Vereador sem Pelouro

Manuel Mário Mota de Oliveira

Vereador sem Pelouro

2.2 Estrutura Orgânica

Durante o ano de 2011, o funcionamento dos serviços da Câmara Municipal decorreu no âmbito da estrutura já aprovada em 2010, constante do Regulamento Orgânico, publicada no Diário da República, 2ª. série, nº. 253, de 31 de dezembro de 2010, composta pelas seis unidades flexíveis a seguir indicadas:

Divisão Administrativa e Financeira

Divisão de Administração e Conservação do Território

Divisão de Planeamento e Gestão Urbana

Divisão de Educação, Acção Social, Cultura e Desporto

Gabinete de Desenvolvimento, Modernização e Sustentabilidade

Gabinete Jurídico e Contencioso



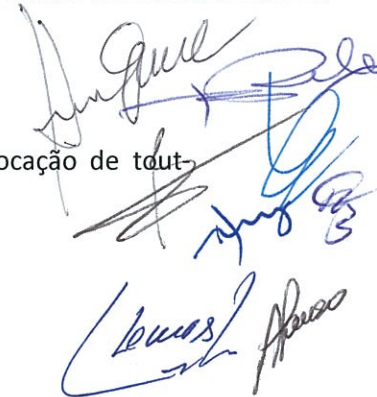


2.3 Síntese das Atividades Desenvolvidas

No presente ponto, expõe-se de forma sucinta as atividades desenvolvidas pelo Município durante o ano de 2011, quer tenham sido realizadas por administração direta, quer por via de empreitada ou qualquer outra forma de serviço externo. Dá-se a conhecer, também, as principais ações realizadas na área da educação, cultura, desporto e acção social.

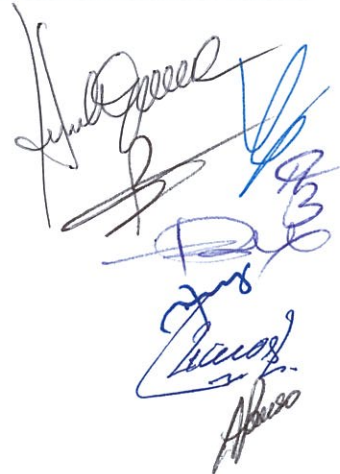
TRABALHOS de MANUTENÇÃO de VIAS MUNICIPAIS:

- Limpeza na área envolvente ao Centro Escolar, à Escola da Igreja, do caminho confinante com o Pré-Escolar da Santa Casa da Misericórdia;
- Manutenção de via municipal em Carvalhais – Bormela;
- Manutenção do caminho Pardelhas – Alto do Alvão;
- Limpeza de vias e regularização da plataforma do caminho Paradaça – Rebordelo;
- Limpeza de vias e regularização da plataforma do caminho entre o limite da freguesia de Paradaça e a EN 304;
- Regularização de largo próximo à Junta de Freguesia de Campanhó;
- Beneficiação de vias em Cavernelhe (Cruz.p/Pioledo);
- Beneficiação de vias em Parada – Atei;
- Reparação de duas travessias no caminho Bilhó – Vila Chã;
- Manutenção de vias através da aplicação de tapete nas partes em mau estado (vários locais do concelho);
- Manutenção da via entre Caínha e Sra. Da Graça;
- Manutenção das vias em Campanhó;
- Manutenção de vias em Atei, lugar do Eiral;
- Manutenção de vias em Ponte d'Olo;
- Manutenção do acesso à pista de pesca;
- Manutenção de caminhos florestais na Sra. Da Graça, no Toumilo, Plaina de S,Paulo e Ponte da Abelheira;
- Finalização da pavimentação a cubo em vias no Lugar de Fundo de Vila;
- Pavimentação de pequeno acesso de via em fundo de Vila acima do Cemitério;
- Melhoramento de acesso a habitações em Paço;
- Limpeza de vias em Atei;
- Limpeza Caínha - Sr.ª da Graça, Vilar de Ferreiros;



- Melhoria de acesso no lugar de Cilindro, Atei, através da colocação de tout-venant;
- Limpeza e colocação de tout-venant na Pista de Pesca;
- Pavimentação de caminho em Vilar de Viando;
- Melhoria de valeta em Vilar de Viando com aplicação de cubo;
- Intervenção nas valetas na EM de acesso a Campanhó;
- Apoio na colocação de manilhas em Vilarinho;
- Limpeza do largo do santuário da Senhora da Graça, freguesia de Vilar de Ferreiros;
- Limpeza do adro da Igreja Matriz, freguesia de Mondim de Basto;
- Limpeza da Santinha, no lugar do Barrio, Freguesia de Mondim de Basto
- Limpeza do muro junto à Praça Via Cova, freguesia de Mondim de Basto;
- Limpeza do PT - Centro Escolar - Recta da Pena;
- Limpeza da área envolvente ao Museu Municipal;
- Limpeza na Cainha - Sr.ª da Graça, Vilar de Ferreiros;
- Regularização de pavimento no caminho de acesso à Sr.ª da Graça;
- Colocação de saibro no Caminho de Acesso à Sr.ª da Graça
- Limpeza junto do PT – Recta de Pena – Freguesia de Mondim de Basto;
- Limpeza da área envolvente ao Centro Escolar;
- Limpezas de vias em Vilar de Ferreiros;
- Reposição e correção de passeios pedonais na Serra e Rua Nova;
- Arranjo do caminho de estacionamento de acesso à Sr.ª da Graça;
- Distribuição e transporte de cubo para diversas obras no concelho;
- Execução de muro de vedação – Bilhó;
- Elevação de muros, pavimentação da calçada em Covelo – Travassos;
- Reparação de duas travessias no caminho Bobal – Pioledo;
- Reparação de vala em betuminoso após reparação de fuga de água no lugar da Serra;
- Beneficiação de escadas no Centro da aldeia de Ermelo;
- Beneficiação de passeios em micro cubo no centro da Vila de Mondim;
- Manutenção da Levada de Piscaredo – Centro de Saúde, Mestras;
- Reposição de caixas de visita de saneamento e águas pluviais na Recta da Pena;
- Limpeza da Levada de Pisqueiredo e melhoria da mesma junto do Centro de Saúde;

- Arranjo de caminho no Barreiro;
- Limpeza da linha de água junto à garagem do Mondinense – Mondim;



MANUTENÇÃO e COLOCAÇÃO de SINALIZAÇÃO VERTICAL:

- Montagem de sinais de trânsito em Sobreira de Mondim;
- Mudança, recolha, substituição de sinais de trânsito em Atei;
- Colocação de sinalização na estrada da Anta – Pioledo:
Beneficiação da Praça da Via Cova - Mondim;

TRABALHOS de MANUTENÇÃO em EQUIPAMENTOS MUNICIPAIS e OUTROS

- Aplicação de balizas no recreio do Centro Escolar;
- Execução de móveis para arrumação de material de desporto;
- Beneficiação de salas da Casa da Cultura;
- Ligação de Infraestruturas elétricas (PT e Iluminação pública) ao Centro Escolar Mondim – Oeste;
- Manutenção da Piscina Municipal;
- Manutenção do viveiro, tanques e áreas envolvente à Casa da Igreja;
- Manutenção dos muros de vedação do Cemitério Municipal de Mondim de Basto;
- Fornecimento de lenha para as escolas;
- Beneficiação e adaptação da Escola de Vilar de Ferreiros;
- Obras por administração direta no Centro Escolar - Finalização da rede de Gás; Manutenção de espaço envolvente (jardins) com montagem de sistema de rega; Trabalhos de pichelaria; Intervenções pontuais, de manutenção, na rede de águas pluviais;
- Mudança de lavadouros no Bobal;
- Trabalhos de carpintaria de manutenção na Escola da Praça – Atei;
- Trabalhos de pichelaria no Jardim-de-infância – Praça 2 – Atei;
- Finalização de infraestruturas elétricas de ligação do PT ao Centro Escolar.
- Beneficiação da escola de Vilar de Ferreiros
- Colocação de caixa de gás no Centro Escolar;
- Substituição de telhado na Capela de Atei;
- Trabalhos de manutenção na Escola de Vilarinho e Bilhó;

- Manutenção de rede de água e reposição de teto falso na Escola de Música Municipal;
- Remoção seletiva de lâmpadas e luminárias das áreas comuns do edifício da Câmara Municipal;
- Pintura e manutenção dos bancos do Jardim da Praça 9 de Abril;
- Intervenção no telhado do edifício do Fundo de Fomento;
- Apoio à colocação de Forro da Capela de Carrazedo – Mondim.



INTERVENÇÕES em ÁREAS AJARDINADAS

- Remoção e plantação de árvores do centro da vila;
- Construção de jardins na área envolvente à Biblioteca Municipal de Mondim de Basto;
- Realização de jardins junto ao Centro Escolar e Pré-escolar;
- Trabalhos de manutenção na zona verde, incluindo corte de árvores;

TRABALHOS de MANUTENÇÃO nas INFRAESTRUTURAS de ABASTECIMENTO DE ÁGUA

- Intervenção na rede de abastecimento de água do Barreiro, com prospeção de água para ligação ao sistema público de abastecimento colocação de rede de distribuição no troço Escola - Barreiro de Baixo, e execução de ligações domiciliárias em falta;
- Beneficiação de linha de água no lugar de Loureiro – Atei;
- Intervenções nas infraestruturas dos sistemas de abastecimento de água da Mina de Caínha e do Muto e Carregal, afetas à freguesia de Vilar de Ferreiros;
- Colocação de ramal de abastecimento de água entre a EN 304, junto ao Mondinense até aos Bombeiros;
- Substituição de condutas de abastecimento de água junto ao Largo da Feira;
- Substituição de condutas de abastecimento de água no lugar de Penedo;
- Substituição de condutas de abastecimento de água em Vilar de Viando, extensão com 600m, incluindo abertura e reposição de pavimento;
- Abertura de vala e apoio de colocação de conduta de água em Vale de Selas;
- Início da substituição de ramal de abastecimento de água no Barreiro.

EMPREITADAS

- Beneficiação do arruamento principal do Barreiro;
- Vias Municipais em Paradança – Caminho do Boco;
- Beneficiação de Caminho de Novais;
- Execução de sinalização rodoviária de vias em Campanhó e Barreiro;
- Qualificação Urbana do Núcleo Histórico da Vila de Mondim de Basto;
- Qualificação de Espaços Públicos da Vila de Mondim de Basto;
- Correção do Nó do Valinho;
- Sistema de recolha de resíduos sólidos urbanos – Seletividade, valorização e reciclagem;

EDUCAÇÃO

- **ATRIBUIÇÃO DE MANUAIS ESCOLARES E MATERIAL ESCOLAR AOS ALUNOS DO 1º CICLO** – Respeitando o escalonamento dos alunos do 1º ciclo do ensino básico de concelho através da Ação Social Escolar, a Câmara entrega às famílias vales para a compra dos manuais escolares e material escolar dos seus educandos. No ano letivo 2011/2012 foram contemplados 211 alunos do 1º ciclo num universo de 314 alunos.
- **COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA** – A Câmara assegura um Serviço de Apoio às Famílias que, fruto dos seus afazeres profissionais, não têm com quem deixar os Educandos nas interrupções letivas do Natal, Páscoa e Verão, nem antes e depois das atividades letivas. Assim, é assegurado o funcionamento do Centro Escolar das 8:00 às 19:00H, bem como nas férias, período preenchido com atividades lúdicas, pedagógicas, auxílio na realização dos trabalhos de casa, etc. Este serviço é assegurado em parceria com o Agrupamento Vertical de Escolas e a respetiva planificação é feita em articulação com os professores titulares, professores das AEC's e pessoal não docente. Nos períodos de férias escolares a cantina mantém-se em funcionamento, providenciando a alimentação das crianças e alunos inscritos.
- **SERVIÇO DE REFEIÇÕES** – A autarquia confeciona diariamente cerca de 400 refeições, que faz chegar através das suas viaturas às Escolas e Jardins de Infância do concelho, devidamente acondicionadas.

- **TRANSPORTES ECOLARES** – A autarquia garante direta e/ou indiretamente o transporte escolar de cerca de 680 alunos, desde o pré-escolar ao 12º ano, dos 1206 alunos existentes no Agrupamento. O transporte é garantido que através do pagamento dos passes à Auto Mondinense (403 alunos), transporte nas viaturas municipais (220 alunos) ou adjudicando a terceiros este serviço (54 alunos). Tem ainda a responsabilidade de colocar nas viaturas municipais, vigilantes que zelam pela segurança dos alunos durante o transporte, existindo para esse efeito 8 vigilantes.
- **ACTIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR** – A autarquia garante o acesso de todas as crianças do 1º ciclo do ensino básico às atividades de enriquecimento curricular, disponibilizando 10 professores, distribuídos pelas seguintes áreas: Inglês, Expressões Lúdico Expressivas e Atividade Física e Desportiva.
- **MUSEU MUNICIPAL** – O Museu Municipal é um equipamento cultural concelhio que tem como objetivo fundamental constituir-se como repositório do património e da memória histórico-cultural do Município de Mondim de Basto, extraíndo, dos testemunhos que reúne, uma visão global do território e do homem através dos tempos. Desenvolveu em 2011 diversas atividades que têm precisamente como propósito perpetuar e divulgar as tradições do concelho, de onde destacamos as relacionadas com a atividades agrícolas (Desfolhadas, Vessadas e etc).
- **BIBLIOTECA MUNICIPAL** – Apesar de ainda não ter sido inaugurada, a BMMB já possui um fundo documental com mais de 20 000 títulos, tecnicamente tratados. Os Técnicos afetos à Biblioteca, prestam apoio às bibliotecas escolares do concelho, colaboram em várias atividades e eventos, como o “Mergulho nos Livros”, a Feira do Livro, apresentação de livros, organização de exposições, animação nas escolas e jardins de Infância, colaboração com as Juntas de Freguesia. A Biblioteca Municipal de Mondim de Basto integra ainda a Rede de Bibliotecas de Basto e Barroso, onde disponibiliza o seu Catálogo.
- **DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE ACTIVIDADES DO AGRUPAMENTO COM AS ESCOLAS** – A autarquia colabora na elaboração do Plano de Atividades do Agrupamento Vertical de Escolas e dá apoio logístico na sua concretização.

AÇÃO SOCIAL

- **LOJA SOCIAL** – Trata-se de um projeto de intervenção e de apoio social que visa promover melhores condições de vida às pessoas em situação de maior vulnerabilidade económica e social. Consiste na disponibilização de alimentos, vestuário, calçado e mobiliário, que tenham sido doados por particulares ou empresas aos referidos agregados. A Loja Social foi já procurada por cerca de 150 famílias em situações de carência.
- **BANCO LOCAL DE VOLUNTARIADO** - O Banco Local de Voluntariado de Mondim de Basto tem como entidade enquadradora o Município de Mondim de Basto, que acolhe inscrições de pessoas interessadas em fazer voluntariado e enquadra-as nas entidades que pretendam acolher voluntários para o desempenho de atividades variadas. Neste momento existem cerca de 30 voluntários inscritos.
- **APOIO À CRIANÇA** – Medida social de apoio direto ao recém-nascido, que visa o seu bem-estar na alimentação e higiene, através da garantia de disponibilização aos progenitores de um conjunto básico essencial de bens, até aos 2 anos de idade. Foram já apoiados no âmbito desta medida 26 recém-nascidos.
- **RECUPERAÇÃO DE HABITAÇÕES DEGRADADAS DE FAMÍLIAS CARENCIADAS** – Medida social que visa a melhoria das condições de habitabilidade de famílias carenciadas. Foram apoiadas neste primeiro ano de implementação da medida 10 famílias do concelho.
- **MEDIDAS CONTRATO EMPREGO INSERÇÃO E EMPREGO INSERÇÃO +** – A Câmara realiza anualmente várias candidaturas a estas medidas promovidas pelo Instituto de Emprego e Formação Profissional, com o intuito de integrar cidadãos beneficiários do subsídio de desemprego ou rendimento social de inserção, no mercado de trabalho, bem como auxiliar no desenvolvimento de tarefas, especialmente na área da Educação.

Em 2011 a Câmara acolheu 37 beneficiários.

- **CONCRETIZAÇÃO ATIVIDADES PREVISTAS NO PLANO DE AÇÃO DA REDE SOCIAL** – A Câmara colabora/promove a concretização das atividades previstas no Plano de Ação aprovado. Destacamos o Desfile de Carnaval Sénior, Festa de Natal dos Idosos, Dia

Internacional do Idoso, Sessões de esclarecimento temáticas pelas aldeias, Semana da Saúde.

CULTURA

- Em 2011 o Município de Mondim de Basto ao programar a sua atividade cultural teve como principal premissa a abrangência de todos os estratos sociais e faixas etárias da população do concelho, promovendo ou apoiando atividades que pretenderam perpetuar e valorizar as tradições culturais do concelho e ao mesmo tempo introduzir atividades com um cariz mais contemporâneo. Toda a ação foi desenvolvida num espírito de compromisso entre aquilo que se acredita ser a competência autárquica ao nível cultural e os constrangimentos financeiros que atravessamos.

- CANTARES DOS REIS

- ENTREMEZES

- DESFILE DE CARNAVAL

- FESTIVAL NACIONAL DE TEATRO AMADOR MIGUEL TORGA

- ROCK 'N 'BEE

- PANELA AO LUME

- 1ª ROTA DO MEL - BTT

- MONDIM EM FLOR

- FEIRA DO LIVRO

- SEMANA DA JUVENTUDE

- FESTAS DO CONCELHO

- FEIRA DA TERRA

- VOLTA A PORTUGAL EM BICICLETA



- II TROFÉU INTERNACIONAL DE PATINAGEM DE VELOCIDADE

- II ENCONTRO DE TOVADORES DE CONCERTINAS

- ÁRVORE DE NATAL

- EXPOSIÇÕES MENSAIS NOS PAÇOS DO CONCELHO

DESPORTO

- **APOIO AO ASSOCIATIVISMO DESPORTIVO** – Enquadrado pelo Regulamento do Apoio ao Associativismo Desportivo, o apoio é consubstanciado em Programas vários. Em 2011 foram abertas candidaturas para os Programas Apoio ao desporto de rendimento: competição/prática desportiva não profissional e Programa de Apoio ao desporto de rendimento: formação desportiva – atividade regular.
- **CENTRO DESPORTIVO MUNICIPAL** - Projeto de dinamização desportiva que contém atividades destinadas aos Séniores (Atividade Física Sénior) e atividades para a população em geral (Mexa-se). Dinamizado por professores de Educação física, oferece 2 vezes por semana atividades àqueles grupos.
- **APOIO/ ORGANIZAÇÃO DE ATIVIDADES DESPORTIVAS PONTUAIS** – A Câmara promove e apoia atividades de cariz desportivo que revelem interesse municipal e que potenciem a vários níveis a promoção do concelho e dos seus agentes económicos.
- **CAMINHADAS** – percursos pedestres realizados mensalmente com o intuito de promover o interesse paisagística natural do concelho, incentivando à participação de locais e de turistas ou Associações de Caminheiros.

3 Aspetos mais Relevantes da Conta de Gerência de 2011

1. O orçamento inicial para 2011 foi aprovado com uma previsão de receitas no montante de 12 215 010,50 €, assim distribuído:

- Receitas correntes no valor de 5 298 760,50 €;
- Receitas de capital, no valor de 6 915 250,00€;
- Outras receitas no valor de 1 000,00 €.

Durante o ano económico de 2011 o orçamento da receita sofreu um aumento de 242 496,60€, de onde resultou um orçamento final no montante 12 457 507,10 €.

2.A receita liquidada totalizou 8.655 307,35 € distribuída por 5 114 149,36 € de receitas liquidadas e cobradas correntes; 3 530 825,96 € de receitas de capital e 10 332,03 € outras receitas.

3. Saldo de gerência anterior que incorporou o orçamento final de 2011 foi de 413 496,60 €

4. Principais fontes de receita:

Quadro 1: Principais fontes de receita (€)

FONTES DE RECEITA	RECEITA COBRADA	Peso
IMPOSTOS DIRECTOS	445.100,29	5%
IMPOSTOS INDIRECTOS	904,50	0%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	113.570,67	1%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	43.320,31	1%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.170.066,93	48%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	312.661,07	4%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	3.530.825,96	41%
Outras Receitas	38.857,62	0%
TOTAL	8.655.307,35	100%

FONTE: Mapa do controlo orçamental da receita

5. O orçamento da despesa aprovado para 2011 foi de 12 215 010,50 €. As modificações realizadas no decurso do ano económico totalizaram o valor de 242 496,60 €, sendo a dotação final da despesa de 12 457 507,10 €, dos quais 8 916 404,60 € correspondem a compromissos assumidos e pagos, obtendo-se uma taxa de execução de despesa paga de 71%.

6. Os movimentos de entradas de operações de tesouraria totalizaram 1.201.971,45 € e os movimentos de saída somaram 845.074,63 €. Tendo sido o saldo transitado de 2010 de 77.300,72 €, o saldo final de operações de tesouraria resultou em 434.197,54 €



7 Principais agregados da despesa

Quadro 2: Principais agregados da despesa (paga em €)

Despesas com o Pessoal	2.883.786,42
Aquisição de bens e serviços correntes	1.416.932,14
Juros e outros encargos	489.176,36
Transferências correntes e subsídios	343.359,67
Amortizações	497.544,20
Investimentos	3.279.910,96
Outras despesas	5.694,85
Total	8.916.404,60

FONTE: Mapa do controlo orçamental da despesa

8. O Saldo de Gerência Orçamental de 2011 para 2012 é de **586.596,89 €**, assim distribuído:

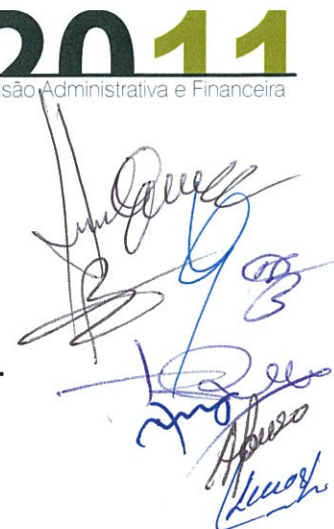
- Saldo de execução orçamental: **152.399,35 €**
- Saldo de operações de tesouraria: **434.197,54 €**

9. Dívidas a terceiros

Quadro 3: Composição da dívida (€)

Fornecedores C/c	346.466,77
Fornecedores de Imobilizado (inclui leasing)	648.108,75
Outras dívidas de curto prazo	52.109,48
Sub- Total(Dívida de curto prazo)	1.046.685,00
Dívida de M/L prazo (empréstimos)	16.793.703,36
Total da Dívida	17.840.388,36

FONTE: Balanço



10. Situação de endividamento líquido e endividamento de médio/ longo prazo (€)

Descrição	Limite do Município em 2011	Situação a 31/12/2011	Situação face ao limite	Observação
Endividamento de médio/longo prazo	10.412.525,00	16.731.047,47	-6.318.522,47	Excesso
Endividamento líquido	18.391.665,58	17.352.141,86	1.039.523,72	Margem

11. Prazo médio de pagamentos

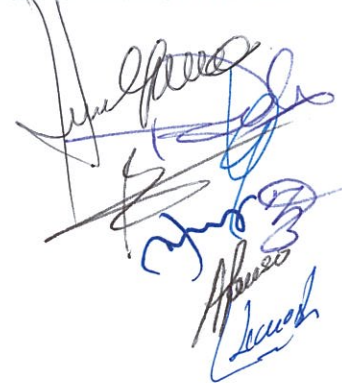
De acordo com a informação disponibilizada pela DGAL, o prazo médio de pagamentos passou de **431** dias em 31/12/2010 para **133** dias em 31/12/2011

12. O Resultado Operacional do exercício de 2011 é POSITIVO no valor de 1 287 540,67 €.

13. O Resultado Financeiro do Exercício de 2011 é NEGATIVO no valor de -412 294,82 €.

14. O Resultado Extraordinário do Exercício de 2011 é NEGATIVO no valor de -43 735,17€.

15. Resulta da contabilização dos Resultados Operacionais, Financeiros e Extraordinários, um RESULTADO LÍQUIDO POSITIVO no valor de 831 510,68 €.



4 Finanças Municipais

4.1 Análise Orçamental

4.1.1 Análise do Orçamento

A comparação entre orçamento inicial, final e executado permite avaliar o rigor, a capacidade de realização das atividades programadas, bem como, a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas efetivamente arrecadado pelo Município.

Quadro 4: Execução do orçamento no ano financeiro de 2011 (€)

Designação	Orçamento		Execução (c)	Desvio		Taxa de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)		(b) – (a)	(c) – (b)	
Saldo de Gerência Anterior		490.797,32				
Receitas	12.215.010,50	12.457.507,10	8.655.307,35	242.496,60	-3.802.199,75	69%
Correntes	5.298.760,50	5.567.500,50	5.114.149,36	268.740,00	-453.351,14	92%
Capital	6.915.250,00	6.475.510,00	3.530.825,96	-439.740,00	-2.944.684,04	55%
Outras receitas	1.000,00	414.496,60	10.332,03	413.496,60	-404.164,57	2%
Despesas	12.215.010,50	12.457.507,10	8.916.404,60	242.496,60	-3.541.102,50	72%
Correntes	5.298.760,50	5.659.997,10	5.088.699,44	361.236,60	-571.297,66	90%
Capital	6.916.250,00	6.797.510,00	3.827.705,16	-118.740,00	-2.969.804,84	56%

A taxa de execução da receita reporta-se à taxa de cobrança efetiva e a taxa de execução da despesa respeita a obrigações efetivamente pagas e não à despesa realizada.

O orçamento inicialmente aprovado para 2011 totalizava 12.215.010,50 €, tendo sido realizadas no decurso do exercício 15 modificações orçamentais que originaram um aumento da dotação global do orçamento para 12.457.507,10 €.

O montante de receita arrecadada em 2011 ascendeu a 8.655.305,35 €. A receita corrente registou um desvio negativo de 453.351,14 € enquanto a receita de capital sofreu um desvio mais acentuado no valor de -2.944.684,04 €, resultado sobretudo de um conjunto de expectativas de recebimento que não foram concretizadas, principalmente ao nível da participação comunitária em projetos co-financiados.

Assim, saliente-se uma taxa de execução da receita de 69% (com contributo significativo da receita corrente) e uma taxa de execução da despesa de 71,6 % (com contributo significativo da despesa corrente). Comparando com o ano anterior, a execução da receita baixou 5 pontos percentuais e a despesa 1,6 pontos percentuais.

O quadro n.º 5 reflete a evolução absoluta dos valores de execução da receita e despesa, registando uma variação significativamente negativa no período 2010-2011, em função do Município ter realizado em 2010 o plano de saneamento financeiro.

Quadro 5: Evolução da execução orçamental (2007-2011) (€)

Designação	Execução	Execução	Execução	Execução	Execução	Variação (2010/2011)
	2007	2008	2009	2010	2011	
Receitas	8.104.064,51	7.573.624,56	8.199.124,94	21.714.504,56	8.655.307,35	-60%
Despesas	8.783.971,60	7.615.894,07	8.187.513,48	21.409.336,45	8.916.404,60	-58%

4.1.2 Modificações ao Orçamento Inicial

O orçamento municipal sendo um documento de natureza previsional, a sua concretização acarreta necessariamente diferenças. No ano 2011 realizaram-se 15 modificações - 9 alterações e 3 revisões-, que tiveram por objetivo ajustar as previsões orçamentais às necessidades do município.

Neste ponto importa registar que no decorrer do exercício do ano económico, tornou-se manifestamente necessário aumentar a despesa corrente, pelo que a opção passou por se prescindir de despesa de capital, tendo, para tal, o Município obtido autorização da DGAL (Despacho de 26 de maio de 2011 do Sr. Secretário de Estado da Administração Local) para proceder a uma diferente repartição das verbas do FEF, designadamente aumentar a proporção de FEF corrente para 65% (antes: 60%) e diminuir a proporção de FEF capital para 35% (antes: 40%).

Refira-se que esta revisão com consequente aumento de despesa corrente via reforço da receita corrente de FEF, não pôs em causa o cumprimento do princípio do equilíbrio

orçamental, que estabelece que o orçamento deve prever os recursos necessários para cobrir todas as despesas e as receitas correntes devem ser, pelo menos, iguais às despesas correntes.

A este propósito, observe-se o quadro n.º 6 que mostra o panorama resultante das modificações efetuadas ao orçamento inicial de 2011.

Quadro 6: Modificações Orçamentais (€)

Capítulos	Dotação Inicial	Modificações		Dotação Final
		Reforços	Reduções	
Despesas Correntes	5.298.760,50	3.390.599,32	3.029.362,72	5.659.997,10
Despesas de Capital	6.916.250,00	1.036.901,82	1.155.641,82	6.797.510,00
TOTAL	12.215.010,50	4.427.501,14	4.185.004,54	12.457.507,10

4.1.3 Resumo dos Movimentos Financeiros da Gerência de 2011

Na gerência de 2011 a entrada de fluxos totaliza 9 857 278,80 €, sendo 8 655 307,35 € referente a receitas orçamentais e 1 201 971,45 € provenientes de entradas de fundos por operações de tesouraria.

Quadro 7: Resumo da Conta de Gerência de 2011 (€)

Designação	Operações Orçamentais	Operações Tesouraria	Total
(1) Saldo transitado de 2010	413.496,60	77.300,72	490.797,32
(2) Receitas arrecadadas	8.655.307,35	1.201.971,45	9.857.278,80
(3) Despesas realizadas	8.916.404,60	845.074,63	9.761.479,23
Saldo a transitar para 2012 (1+2-3)	152.399,35	434.197,54	586.596,89

De acordo com o quadro n.º 7 a despesa paga cifrou-se em 9 761 479,23€, inferior em 95.799,57 € à receita arrecadada. O saldo que transita para 2012, é de 586 596,89 €, composto por 152 399,35 € relativo a operações orçamentais e 434 197,54 € relativo a operações de tesouraria.

4.2 Análise da Receita

A análise da receita tem por base o comparativo entre valores previsionais e valores efetivamente arrecadados em 2011, bem como a sua evolução ao longo dos três últimos anos. Serão identificadas as parcelas mais relevantes da estrutura da receita e justificadas as principais variações.

Análise global da receita

A receita total arrecadada durante a gerência de 2011 (8.655.307,35 €) foi inferior à receita final orçada em 12.457.507,10 €. Ao nível da receita corrente o desvio verificado é negativo em 453.351,14 € e ao nível da receita de capital o desvio foi de -2.944.684,04 €. Face aos desvios mencionados a execução global da receita foi de 69%, sendo a execução da receita corrente de 92% e a receita de capital de 55%. O quadro n.º 8 evidencia, por grandes rubricas, a desagregação dos montantes orçados, executados e desvios ao orçamento final.

Quadro 8: Previsão/execução da receita total (€)

Descrição	Orçamento inicial		Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
RECEITAS CORRENTES									
IMPOSTOS DIRECTOS	395.000,00	3%	395.000,00	3%	445.100,29	5%	50.100,29	0%	113%
IMPOSTOS INDIRECTOS	1.400,00	0%	1.400,00	0%	904,50	0%	-495,50	0%	65%
TAXAS, MULTAS E OUTRAS PENALIDADES	144.078,50	1%	144.078,50	1%	113.570,67	1%	-30.507,83	0%	79%
RENDIMENTOS DE PROPRIEDADE	34.500,00	0%	34.500,00	0%	43.320,31	1%	8.820,31	0%	126%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	4.213.259,00	34%	4.481.999,00	36%	4.170.066,93	48%	-311.932,07	-3%	93%
VENDA DE BENS E SERVIÇOS CORRENTES	468.523,00	4%	468.523,00	4%	312.661,07	4%	-155.861,93	-1%	67%
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	42.000,00	0%	42.000,00	0%	28.525,59	0%	-13.474,41	0%	68%
TOTAL RECEITAS CORRENTES	5.298.760,50	43%	5.567.500,50	45%	5.114.149,36	59%	-453.351,14	-4%	92 %
RECEITAS DE CAPITAL									
VENDAS DE BENS DE INVESTIMENTO	2.000,00	0%	2.000,00	0%	0,00	0%	-2.000,00	0%	0%
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.913.250,00	57%	6.473.510,00	52%	3.530.825,96	41%	-2.942.684,04	24%	55%
TOTAL RECEITAS DE CAPITAL	6.915.250,00	57%	6.475.510,00	52%	3.530.825,96	41%	-2.944.684,04	24%	55 %
OUTRAS RECEITAS	0,00	0%	414.496,60	3%	10.332,03	0%	-404.164,57	0%	2%
REPOSIÇÕES NÃO ABATIDAS NOS PAGAMENTOS	1.000,00	0%	1.000,00	0%	10.332,03	0%	9.332,03	0%	1033%
		0%		0%		0%		0%	
Total Geral	12.215.010,50	100%	12.457.507,10	100%	8.655.307,35	100%	-3.802.199,75	31%	69%

Quadro 9: Evolução das receitas no período 2007-2011 (€)

COD.	Designação	2008		2009		2010		2011	
		Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%
	Receitas Correntes								
01	Impostos directos	399.189,68	5%	379.704,29	5%	382.581,69	2%	445.100,29	5%
02	Impostos indirectos	1.148,30	0%	1.533,15	0%	580,50	0%	904,50	0%
04	Taxas, multas e outras penalidades	73.236,01	1%	53.404,47	1%	159.927,66	1%	113.570,67	1%
05	Rendimentos da propriedade	61.377,24	1%	64.363,57	1%	2.914,96	0%	43.320,31	1%
06	Transferências Correntes	4.081.271,23	54%	4.271.402,15	52%	4.094.984,11	19%	4.170.066,93	48%
	Fundo Geral Municipal	0,00	0%	0,00	0%	0	0%		0%
	Fundo de Coesão Municipal	0,00	0%	0,00	0%	0	0%		0%
	Fundo de Equilíbrio Financeiro	3.245.599,50	43%	3.355.768,00	41%	3.272.039,55	15%	3.237.636,00	37%
	Fundo Social Municipal	288.201,50	4%	198.991,00	2%	193.075,00	1%	183.453,00	2%
	Participação no IRS	81.192,00	1%	80.676,00	1%	83.051,00	0%	77.939,00	1%
	Fundo de Base Municipal	0,00	0%	0,00	0%	0	0%		0%
	Outras Transferências	384.952,27	5%	552.575,56	7%	483.522,65	2%	541.253,94	0%
	Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados	34.299,12	0%	20.970,31	0%	15.759,34	0%	68.388,64	1%
	IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional	47.026,84	1%	62.421,28	1%	47.536,57	0%	61.396,35	1%
07	Venda de bens e serviços correntes	269.764,31	4%	225.168,58	3%	289.783,57	1%	312.661,07	4%
08	Outras receitas correntes	82.705,75	1%	107.828,19	1%	540,14	0%	28.525,59	0%
	Total Receita Corrente	4.968.692,52	66%	5.103.404,40	62%	4.931.312,63	23%	5.114.149,36	59%
	Receitas de Capital		0%		0%		0%		0%
09	Venda de bens de Investimento	0,00	0%	0,00	0%	26.727,75	0%	0,00	0%
10	Transferências de Capital	2.604.023,72	34%	3.016.767,85	37%	3.235.502,45	15%	3.530.825,96	41%
	Fundo Geral Municipal	0,00	0%	0,00	0%	0	0%	0	0%
	Fundo de Coesão Municipal	0,00	0%	0,00	0%	0	0%	0	0%

		0,00	0%	0,00	0%	0	0%	0	0%	0%
Fundo de Base Municipal										
Fundo de Equilíbrio Financeiro		1.524.224,00	20%	2.237.179,00	27%	2.194.788,00	10%	1.612.438,00	19%	
Outras Transferências		329.162,50	4%	366.351,31	4%	213.443,66	1%	30.812,00	0%	
Estado - Participação comunitária em projectos co-financiados		750.637,22	10%	413.237,54	5%	827.270,79	4%	1.887.575,96	22%	
FEADER		10.105,21	0%	0,00	0%	0,00	0%		0%	
AGRIS		66.272,61	1%	0,00	0%	0,00	0%		0%	
ON2-FEDER		674.259,40	9%	413.237,54	5%	827.270,79	4%	1.521.418,15	18%	
POVT		0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	366.157,81	4%	
12 Passivos Financeiros		0,00	0%	0,00	0%	13.500.000,00	62%	0,00	0%	
13 Outras Receitas de Capital		0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	0,00	0%	
15 Reposições não abatidas nos pagamentos		908,32	0%	77.623,94	1%	20.961,73	0%	10.332,03	0%	
Total Receita Capital		2.604.932,04	34%	3.094.391,79	38%	16.783.191,93	77%	3.541.157,99	41%	
Total Geral		7.573.624,56	100%	8.197.796,19	100%	21.714.504,56	100%	8.655.307,35	100%	



Receitas Correntes

As receitas correntes, pela sua natureza, têm uma função importante na gestão financeira da autarquia. Estas receitas tiveram uma execução de 92% (superior à registada em 2010).

O quadro n.º 10 apresenta a estrutura e execução da receita corrente em 2011.

Quadro 10: Estrutura e execução da receita corrente

Designação	Orçamento Final		Executado		Desvio		Taxa de Execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
Impostos directos	395.000,00	7%	445.100,29	9%	50.100,29	13%	113%
Impostos indirectos	1.400,00	0%	904,50	0%	-495,50	-35%	65%
Taxas, multas e outras penalidades	144.078,50	3%	113.570,67	2%	-30.507,83	-21%	79%
Rendimentos da propriedade	34.500,00	1%	43.320,31	1%	8.820,31	26%	126%
Transferências correntes	4.481.999,00	81%	4.170.066,93	82%	-311.932,07	-7%	93%
Venda de bens e serviços correntes	468.523,00	8%	312.661,07	6%	-155.861,93	-33%	67%
Outras receitas correntes	42.000,00	1%	28.525,59	1%	-13.474,41	-32%	68%
Total	5.567.500,50	100%	5.114.149,36	100%	-453.351,14	-8%	92%

As principais rubricas que constituem as receitas correntes são os impostos directos (IMI, IMT, IUC), as transferências correntes (FEF, FSM, participação no IRS) e a venda de bens e serviços (água, saneamento, RSU), que no seu conjunto representam 96 % da receita corrente.

Os impostos directos representam 9 % na receita corrente, tendo apresentado um nível de execução de 113 %.

Os impostos indirectos englobam as receitas que recaem exclusivamente sobre o sector produtivo, incidindo sobre a produção, a venda, a compra ou a utilização de bens e serviços. Em 2011 esta rubrica não teve qualquer expressão em termos de peso na receita corrente, tendo registado uma taxa de execução de 65% em relação ao previsto.

No grupo “Taxas, multas e outras penalidades” registam-se os pagamentos dos particulares em contrapartida da emissão de licenças e da prestação de serviços. Em 2011 esta rubrica registou uma receita de 113.570,67 €, significando um peso de 2% e uma execução de 79%.

Receitas Fiscais

Dada a relevância da receita tributária (receitas fiscais e taxas) face ao objetivo de uma maior autonomia ao nível das receitas correntes, expõe-se a evolução da execução deste tipo de receitas no período 2007-2011.

Quadro 11: Evolução da Execução das Receitas Fiscais (€)

Receita Fiscal	2007		2008		2009		2010		2011	
	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%
Impostos directos	375.081,09	86%	399.189,68	84%	379.704,29	87%	382.581,69	70%	445.100,29	80%
Impostos indirectos	1.015,30	0%	1.148,30	0%	1.533,15	0%	580,50	0%	904,50	0%
Taxas, multas e outras penalidades	59.305,21	14%	73.236,01	15%	53.404,47	12%	159.927,66	29%	113.570,67	20%
	435.401,60	100%	473.573,99	100%	434.641,91	100%	543.089,85	100%	559.575,46	100%

De 2010 para 2011 a receita fiscal aumentou cerca de 3%, com contributo dos impostos directos que, em termos absolutos, significou um acréscimo de 62 518,60 €.

Transferências

O montante arrecadado de transferências correntes durante a gestão de 2011 totaliza 4.170.066,93 €, representando 81,5% da receita corrente e uma taxa de execução de 93%.

O montante arrecadado de transferências de capital durante a gestão de 2011 totaliza 3530825,96 €, representando cerca de 100% das receitas de capital e assumindo uma taxa de execução de 55% face ao previsto.

O quadro n.º 12 evidencia a estrutura das transferências de uma forma global. Refira-se que, no total, o Município arrecadou 7 700 892,89 € representando 89% da receita global.

Quadro 12: Estrutura da receita proveniente de transferências (€)

Descrição	Transferências correntes	% (a)	Transferências de Capital	% (b)	Total	% (c)
Orçamento de Estado						
Fundos Municipais (FEF+FSM+IRS)	3.499.028,00	68%	1.612.438,00	46%	5.111.466,00	59%
Outras	394.139,33	8%	30.812,00	1%	424.951,33	5%
Serviços e Fundos Autónomos	61.396,35	1%		0%	61.396,35	1%
Participação Comunitária- projetos co-financiados	68.388,64	1%	1.887.575,96	53%	1.955.964,60	23%
Outras	147.114,61	3%		0%	147.114,61	2%
Total	4.170.066,93	82%	3.530.825,96	100%	7.700.892,89	89%

(a) Relativamente à receita corrente; (b) relativamente à receita de capital; (c) relativamente à receita total

Relativamente ao ano anterior verificou-se um acréscimo nesta rubrica no valor global de 370.406,33€.

No conjunto das transferências, o valor dos Fundos Municipais (FEF +FSM+IRS) no montante de 5 111 466,00 € representa 59% da receita total; as participações de projetos cofinanciados por fundos comunitários no montante de 1 955 964,60 € representam 23% e as restantes transferências no valor de 633.462,29 € representam 8% da receita total.

O montante contabilizado de **transferências correntes** inclui:

- Transferências do OE a título de participação nos impostos diretos no montante de 3.499.028,00 €;
- Outras transferências do OE relativos a transportes escolares no montante de 100986,00 €, assim distribuídos: DGAL: 70 536,00 € e DREN: 30 450,00 €.

- Transferências de Fundos e Serviços Autónomos- 61.396,35€- incluem participações do IEFP relativas a projetos do Município no âmbito dos Programas de Emprego e Inserção Profissional
- Fundo Florestal Permanente -comparticipação do IFAP relativa a manutenção do Gabinete Técnico Florestal- 35 000,00 €
- Transferências de Sociedades e Quase Sociedades não Financeiras - privadas- 120.195,51 €;
- Participação em projetos comunitários - 68.388,64 € - comparticipação de despesas correntes POPH

O montante contabilizado de **transferências de capital** inclui:

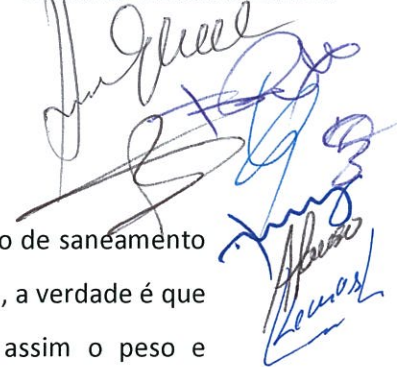
- Transferências do OE com suporte na Lei das Finanças Locais, no montante de 1.612.438,00 €;
- Comparticipações de Fundos Comunitários para execução de investimentos - 1887575,96 € (valor superior ao registado em 2010 - 827 270,79 €)
- Contrato Programa da Biblioteca Municipal no valor de 10 812,00 €

Ainda no que concerne às transferências, atente-se à diminuição registada nos Fundos Municipais (FEF corrente e capital+FSM+IRS) arrecadados no ano 2011 face a 2010. Com efeito, o Município perdeu cerca de **11%** no valor arrecadado, o que equivale a um montante de -631.487,55 €.

A fim de se perceber qual o peso das transferências totais nas receitas totais observe-se o quadro n.º 13.

Quadro 13: Relação transferências /receitas totais 2007/2011 (€)

Descrição/ano	2007	2008	2009	2010	2011
Transferências totais	7.163.709,90	6.685.294,95	7.288.170,00	7.330.486,56	7.700.892,89
Receitas totais	8.104.064,51	7573624,56	8.199.124,94	21.714.504,56	8.655.307,35
Peso	88%	88%	89%	34%	89%



À exceção de 2010 em que, por via da arrecadação de receita do empréstimo de saneamento financeiro, o peso das transferências representou apenas 34% na receita total, a verdade é que este rácio representa um peso médio na ordem dos 89%, revelando assim o peso e “dependência” do Município face às receitas obtidas a título de transferências.

Receitas próprias

As receitas próprias do Município no ano 2011 atingiram um montante de 954 414,46 €, representando 11% da receita global. A maior parcela provém dos impostos directos e da venda de bens e serviços, contribuindo cada uma destas rubricas com 445 100,29 € e 312 661,07 €, respetivamente.

Quadro 14: Estrutura da receita própria 2011 (€)

Designação	Execução	Peso (%)	(%) (1)
01 Impostos directos	445.100,29	47%	5%
02 Impostos indirectos	904,50	0%	0%
04 Taxas, multas e outras penalidades	113.570,67	12%	1%
05 Rendimentos da propriedade	43.320,31	5%	1%
07 Venda de bens e serviços correntes	312.661,07	33%	4%
08 Outras receitas correntes	28.525,59	3%	0%
09 Venda de bens de Investimento	0,00	0%	0%
13 Outras Receitas de Capital	0,00	0%	0%
15 Reposições não abatidas nos pagamentos	10.332,03	1%	0%
Total	954.414,46	100%	11%

(1) Relativamente à receita total

As receitas próprias têm-se mantido mais ou menos constantes no período 2007-2011, variando entre 9 % e 12%, ao mesmo tempo que as receitas externas variavam entre 91 e 88%. Em 2010, porém, esta situação alterou-se, passando as receitas próprias a ter um peso de apenas 4% e as receitas externas um peso de 96%, tal como ilustra o quadro n.º 15.

Quadro 15: Receita própria/receita total 2007/2011

Descrição/ano	2007	2008	2009	2010	2011
Receita própria (corrente e capital)	766.905,25	888.329,61	909.626,19	884.018,00	954.414,46
Receita total	8.103.551,43	7.573.624,56	8.197.796,19	21.714.504,56	8.655.307,35
Peso	9%	12%	11%	4%	11%

Receita própria corrente e capital (engloba as rubricas 01+02+04+05+07+08+09+13+15)



4.3 Análise da Despesa

Durante a gerência de 2011 foram aplicados 8.916.404,60 €, assim distribuídos:

- Despesa corrente - 5.088.699,44€
- Despesa de capital - 3.827.705,16€

Análise global da despesa

A despesa total paga em 2011 foi inferior à despesa final orçada, no valor de 12 457 507,10 €, registando um desvio de 28%, o que significa uma execução de 72% face ao previsto.

Relativamente ao valor do orçamento final, a despesa corrente teve uma execução de 90% e a despesa de capital registou uma execução de 56%.

O impacto das modificações orçamentais no orçamento inicial provocou um acréscimo de 361.236,60 € na dotação final da despesa corrente. O aumento desta rubrica foi efetuado à custa do reforço da dotação da receita corrente, por via de uma revisão orçamental. Simultaneamente, verificou-se uma diminuição do valor orçado final no que concerne às despesas de capital.

O quadro n.º 16 mostra a despesa orçamentada e executada (paga) na ótica da classificação económica e compara os valores previstos com os efetivamente pagos.



Quadro 16: Previsão/execução da despesa 2011 (€)

Designação	Orçamento inicial		Orçamento final		Executado		Desvio		Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
DESPESAS CORRENTES									
Despesas com o Pessoal	3.358.100,00	27%	3.008.182,36	24%	2.883.786,42	32%	-124.395,94	-4%	96%
Aquisição de bens e serviços	1.188.897,50	10%	1.848.452,84	15%	1.416.932,14	16%	-431.520,70	-23%	77%
Juros e outros encargos	327.500,00	3%	492.248,30	4%	489.176,36	5%	-3.071,94	-1%	99%
Transferências correntes	403.263,00	3%	293.604,00	2%	283.498,92	3%	-10.105,08	-3%	97%
Subsídios	20.000,00	0%	11.680,19	0%	9.610,75	0%	-2.069,44	-18%	82%
Outras Despesas Correntes	1.000,00	0%	5.829,41	0%	5.694,85	0%	-134,56	-2%	98%
Total Despesa Corrente	5.298.760,50	43%	5.659.997,10	45%	5.088.699,44	57%	-571.297,66	-10%	90%
DESPESAS DE CAPITAL									
Aquisição de bens de capital	6.396.250,00	52%	6.181.510,00	50%	3.279.910,96	37%	-2.901.599,04	-47%	53%
Transferências de capital	17.000,00	0%	113.000,00	1%	50.250,00	1%	-62.750,00	-56%	44%
Ativos financeiros	0,00	0%	0	0%	0,00	0%	0,00		
Passivos financeiros	503.000,00	4%	503.000,00	4%	497.544,20	6%	-5.455,80	-1%	99%
Total Despesa Capital	6.916.250,00	57%	6.797.510,00	55%	3.827.705,16	43%	-2.969.804,84	-44%	56%
Total Geral	12.215.010,50	100%	12.457.507,10	100%	8.916.404,60	100%	-3541102,5	-28%	72%

O quadro n.º 17 permite observar a evolução da despesa paga ao longo dos últimos anos.

Quadro 17: Evolução da despesa paga nos últimos três anos

Designação	2008		2009		2010		2011		Variação (2010/2011)	
	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%		
Despesa Corrente										
01 Despesas com o Pessoal	3.012.082,0	40%	2.936.511,5	36%	3.407.394,47	16%	2.883.786,42	32%	-15%	
02 Aquisição de bens e serviços	1.397.748,2	18%	1.402.075,5	17%	3.330.349,83	16%	1.416.932,14	16%	-57%	
03 Juros e outros encargos	251.008,9	3%	148.528,8	2%	1.152.872,22	5%	489.176,36	5%	-58%	
04 Transferências correntes	272.617,8	4%	346.422,1	4%	323.216,35	2%	283.498,92	3%	-12%	
05 Subsídios	0,0	0%	0,0	0%	11.191,50	0%	9.610,75	0%	-14%	
06 Outras Despesas Correntes	31,4	0%	100,0	0%	249,22	0%	5.694,85	0%	2185%	
Total Despesa Corrente	4.933.488,19	65%	4.833.637,8	59%	8.225.273,59	38%	5.088.699,44	57%	-38%	
Despesa de Capital										
07 Aquisição de bens de capital	2301095,54	30%	2907443,28	36%	12.657.718,93	59%	3.279.910,96	37%	-74%	
08 Transferências de capital	0	0%	0	0%	20.000,00	0%	50.250,00	1%	151%	
09 Activos financeiros	2500	0%	0	0%	0,00	0%	0,00	0%		
10 Passivos financeiros	378810,34	5%	446432,38	5%	506.343,93	2%	497.544,20	6%	-2%	
Total Despesa Capital	2.682.405,88	35%	3.353.875,66	41%	13.184.062,86	62%	3.827.705,16	43%	-71%	
Total Geral	7.615.894,07	100%	8.187.513,48	100%	21.409.336,45	100%	8.916.404,60	100%	-58%	

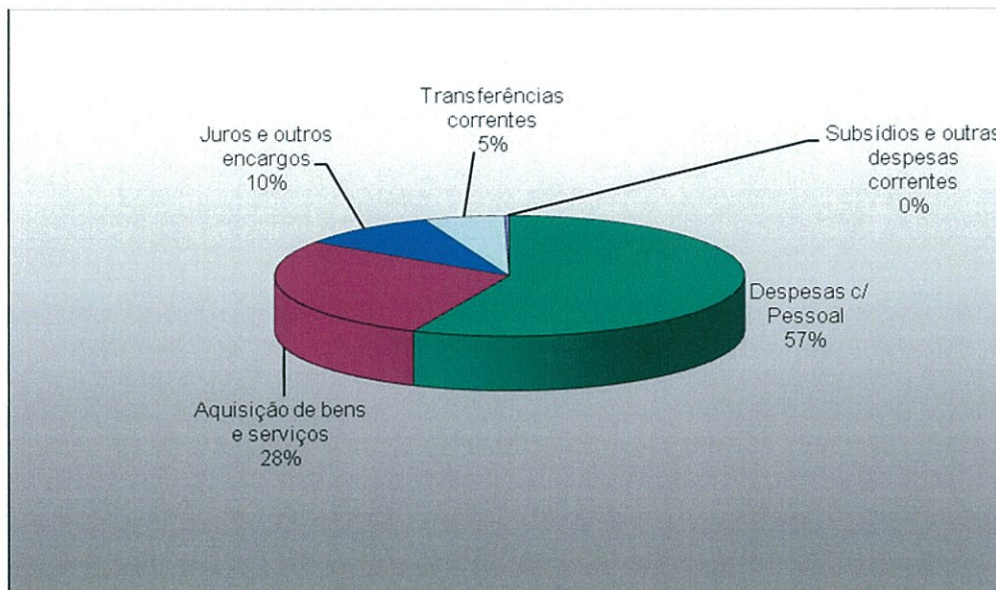
No que concerne à despesa corrente, esta registou uma variação negativa de 2010 para 2011, na ordem dos 38%, ou seja, o Município pagou menos 3.136.574,15 € do que no ano anterior. Esta diferença justifica-se pelo facto de em 2010 o Município ter efetuado pagamentos correntes com recurso ao empréstimo bancário proveniente do Plano de Saneamento Financeiro.

Pelo mesmo motivo e de forma ainda mais significativa regista-se uma variação negativa de 71% na execução da despesa de capital em 2011 face a 2010.

No global, a variação da despesa em relação ao ano anterior é de 58%.

Apresentada que está a comparação da previsão face à execução da despesa, bem como a evolução da execução ao longo dos últimos anos, ilustra-se, de seguida, através de dois a composição/estrutura da cada uma das tipologias económicas da despesa, evidenciando o peso relativo de cada um dos sub-grupos que constituem a despesa corrente e de capital

Gráfico 1: Estrutura da Despesa Corrente

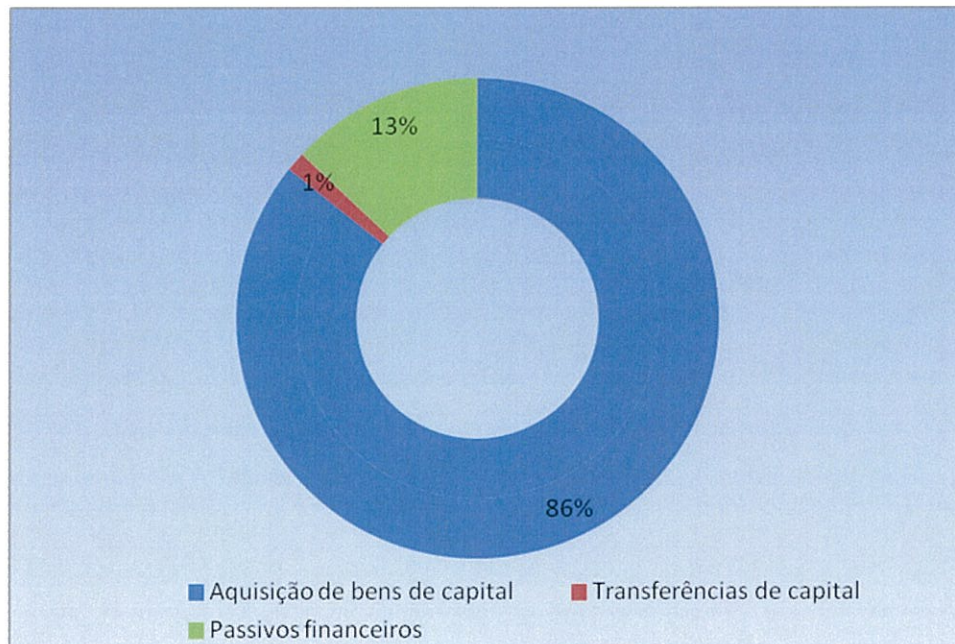


No âmbito da despesa corrente, são os custos com pessoal que absorvem a maior parte desta rubrica representando 57% do total da receita corrente, o que significa, simultaneamente, um peso de 32% na despesa total.

A aquisição de bens e serviços assume um peso de 28% na despesa corrente e os juros cerca de 10%.

No que respeita às despesas de capital, o maior peso recai na rubrica “aquisição de bens de capital” – 86%- que aglutina a fatia dos investimentos, seguindo-se a componente dos passivos financeiros (amortização de empréstimos) que em 2011 representaram 13% da despesa de capital. As transferências de capital representam apenas 1% da despesa de capital.

Gráfico 2: Estrutura da Despesa de Capital



Atendendo a que a repartição em despesas correntes e despesas de capital poderá não ser a que melhor elucida a afetação de “recursos”, subdividiu-se a análise da despesa em cinco sub-grupos:

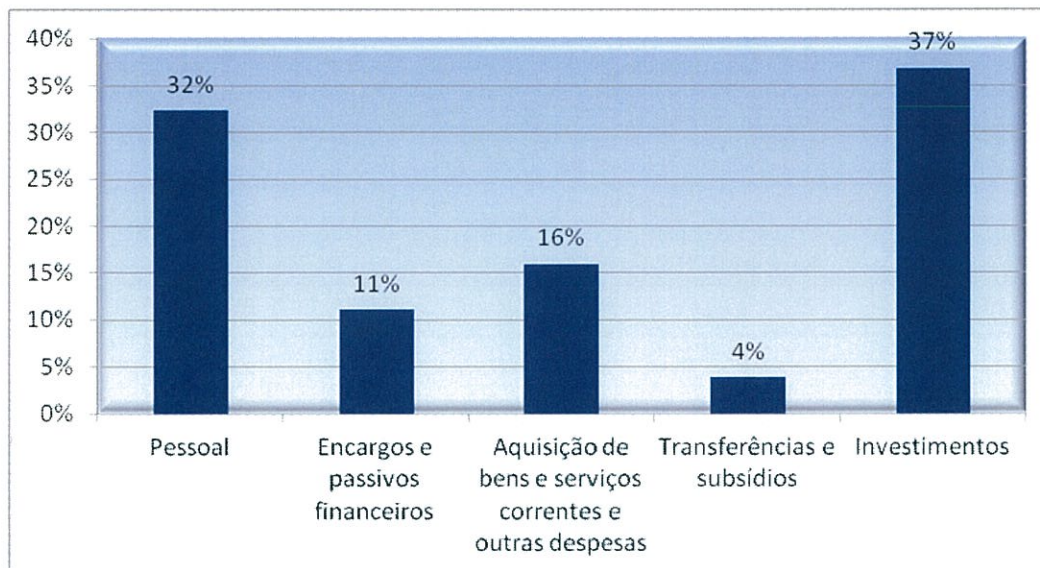
- Pessoal;
- Encargos e passivos financeiros;
- Aquisição de bens e serviços;
- Transferências e subsídios;
- Investimentos;

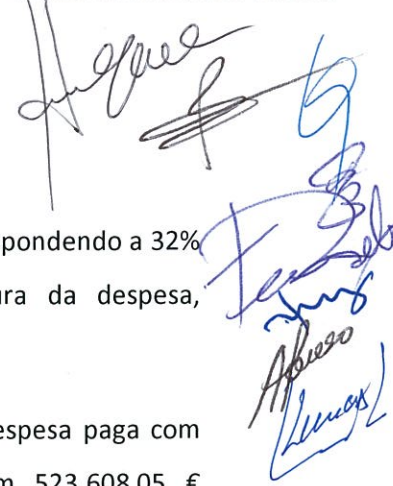
O quadro n.º 18 e o gráfico n.º 3 refletem os valores de despesa contabilizados e o respetivo peso na execução do orçamento da despesa total de 2011.

Quadro 18: Grandes rubricas de despesa

Rubricas da Despesa	Valor	%
Pessoal	2.883.786,42	32%
Encargos e passivos financeiros	986.720,56	11%
Aquisição de bens e serviços e outras despesas	1.422.626,99	16%
Transferências e subsídios	343.359,67	4%
Investimentos	3.279.910,96	37%
Total	8.916.404,60	100%

Gráfico 3: Comparação das rubricas de despesa





Despesas com Pessoal

O valor dos encargos com pessoal em 2011 ascendeu a 2.883.786,42 €, correspondendo a 32% da despesa total. Representam uma das maiores parcelas da estrutura da despesa, conjuntamente com a dos investimentos (37%).

A este propósito, atente-se no quadro n.º 19 que mostra a evolução da despesa paga com pessoal nos últimos anos. O montante pago em 2011 foi inferior em 523.608,05 € relativamente a 2010. Para esta diminuição contribuiu grandemente a diminuição dos valores pagos à ADSE que, em 2010 se cifraram em 475 723,71 € (valor relativo a dívida acumulada), bem como os cortes salariais legalmente previstos em vencimentos superiores a 1 500 €, que afetaram em termos globais 22 pessoas.

De uma maneira geral, a maioria das sub-rubricas diminuíram à exceção da “remunerações por doença e maternidade/paternidade”, que aumentou em termos relativos, cerca de 188% em relação ano anterior.

O subagrupamento “remunerações certas e permanentes” tem um peso de 61 % nas despesas totais com pessoal, sendo que 55 % daquela percentagem corresponde a “Pessoal do Quadro”; 2 % respeita a “pessoal contratado a termo” e 4 % a “pessoal em qualquer outra situação”. Esta última rubrica cifrou-se em 114.991,86 €, -o que significa um aumento de 71.495,17 € em relação ao ano anterior, correspondente a uma variação de 164 %- e enquadra os custos com 2 prestadores de serviços (contratos de avença) na área da Arqueologia e Direito, bem como com as pessoas integradas nos vários programas de inserção e emprego do IEFP, designadamente:

- Contrato de “Emprego Inserção +” (22 beneficiários);
- Contrato de Emprego Inserção (7 beneficiários);
- Estágio Qualificação e Emprego (3 estagiários)
- Estágio Formação Qualificante (5 estagiários)
- Bolsa de Formação (1 beneficiário)
- Programa de Estágios Profissionais das Autarquias Locais (3 estagiários)

Quadro 19: Evolução das despesas com pessoal

Designação	2008		2009		2010		2011	
	Executado	%	Executado	%	Executado	%	Executado	%
Remunerações Membros Orgãos Autárquicos	131.982,20	4%	201.957,87	7%	206.291,66	6%	154.656,12	5%
Titulares de órgãos de soberania e membros de órgãos autárquicos	92.570,40	3%	165.398,03	6%	168.567,08	5%	123.718,16	4%
Gratificações	1.652,98	0%	652,74	0%	3.235,68	0%	4.457,38	0%
Representação	37.758,82	1%	35.907,10	1%	34.488,90	1%	26.480,58	1%
Remunerações Certas e Permanentes	1.927.766,72	64%	1.779.245,69	61%	1.775.501,51	52%	1.773.019,15	61%
Pessoal dos quadros - Regime de função pública	1.485.036,40	49%	1.642.484,57	56%	1.638.746,50	48%	1.579.356,70	55%
Pessoal contratado a termo	124.660,62	4%	79.768,38	3%	89.275,82	3%	66.855,09	2%
Pessoal em regime de tarefa ou avença	178.996,09	6%	13.302,30	0%	3.982,50	0%	11.815,50	0%
Pessoal em qualquer outra situação	139.073,61	5%	43.690,44	1%	43.496,69	1%	114.991,86	4%
Suplementos de Remunerações	522.516,94	17%	533.143,51	18%	502.271,49	15%	510.320,86	18%
Subsídio de refeição	171.501,40	6%	174.295,54	6%	179.879,69	5%	180.738,94	6%
Subsídio de férias e de Natal	332.060,05	11%	294.412,12	10%	293.249,25	9%	300.227,61	10%
Remunerações por doença e maternidade/paternidade	-		-		3.932,31	0%	11.314,59	0%
Horas extraordinárias	3.729,65	0%	34.586,63	1%	1.529,47	0%	0,00	0%
Ajudas de custo	4.435,38	0%	7.618,08	0%	2.642,76	0%	0,00	0%
Abono para falhas	3.644,46	0%	5.219,79	0%	4.477,43	0%	4.148,92	0%

Outros suplementos e prémios	7146	0%	17.011,35	1%	16.560,58	0%	13.890,80	0%
Prestações Sociais Diversas	31.456,35	1%	32.056,91	1%	29.925,37	1%	21.263,03	1%
Subsídio familiar a criança e jovens	31.456,35	1%	32.056,91	1%	29.925,37	1%	21.263,03	1%
Encargos sobre Remunerações	342.639,06	11%	326.490,21	11%	816.317,69	24%	363.086,41	13%
Contribuições para a Segurança Social	342.639,06	11%	326.490,21	11%	816.317,69	24%	363.086,41	13%
Seguro de Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	35.582,51	1%	23.062,80	1%	47.748,98	1%	42.178,79	1%
Seguro de acidentes pessoais	35.582,51	1%	23.062,80	1%	47.748,98	1%	42.178,79	1%
Outros Custos com Pessoal	20.138,24	1%	27.291,95	1%	29.337,77	1%	19.262,06	1%
Encargos com a saúde	19.777,32	1%	26.396,42	1%	28.849,96	1%	19.262,06	1%
Outros encargos com a saúde	360,92	0%	895,53	0%	487,81	0%	0,00	0%
Total	3.012.082,02	100%	2.923.248,94	100%	3.407.394,47	100%	2.883.786,42	100%
Total Execução Despesa Orçamental	7.615.894,07	40%	8.187.513,48	36%	21.409.336,45	16%	8.916.404,60	32%
Total Execução Despesa Corrente	4.933.488,19	61%	4.833.637,82	60%	8.225.273,59	41%	5.088.699,44	57%

As despesas com os órgãos autárquicos representam 5% da despesa total com pessoal, tendo diminuído relativamente a 2010 em função dos cortes legais nos vencimentos dos eleitos, bem como da suspensão do pagamento da remuneração devida pelo exercício de funções de vereação da Sra. Vereadora Teresa de Jesus Tuna Rabiço da Costa, no seguimento da sua opção pela pensão de reforma, formalizada em janeiro de 2011.

Verifica-se que os suplementos com remunerações voltaram a diminuir em relação ao ano anterior, tendo registado valores nulos no que concerne a horas extraordinárias e ajudas de custo.

No global, a despesa paga diminui 15% em relação ao ano 2010 e representa 32% da despesa total e 57 % da despesa corrente.

Em 31 de dezembro de 2011, o Município contava com 159 funcionários. Deste universo, 152 pertencem aos quadros do município; 2 colaboradores encontram-se em situação de contrato a termo resolutivo certo e 5 colaboradores a termo incerto.

O quadro n.º 20 mostra a estrutura, por categoria profissional, dos recursos humanos em 31 de dezembro de 2011.

Quadro 20: Estrutura de recursos humanos em 31/12/2011

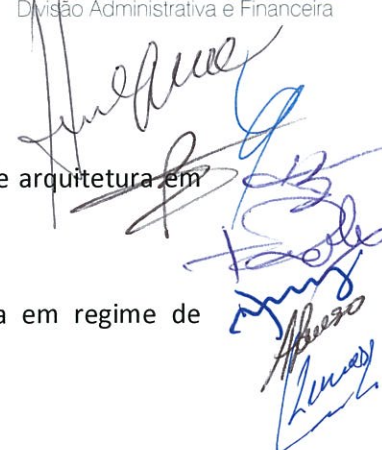
Recursos Humanos	31-12-2011
Dirigentes	6
Assistentes operacionais	99
Assistentes técnicos	26
Técnicos superiores	28
Total	159

(não inclui pessoal em regime de mobilidade , licença sem remuneração e prestadores de serviços)

Durante o ano de 2011 verificaram-se os seguintes factos relevantes na estrutura de pessoal ao serviço:

- Saída de um técnico superior de contabilidade em regime de mobilidade para o Município do Porto, em novembro de 2011;
- Saída de um assistente técnico, em regime de mobilidade para a Segurança Social, em junho de 2011;
- Saída de um assistente operacional em regime de licença sem vencimento, em setembro de 2011;
- Rescisão de contrato, por mútuo acordo, de uma assistente técnica em setembro de 2011;
- Falecimento de um trabalhador (assistente operacional) em janeiro de 2011;

- Rescisão de contrato, por mútuo acordo, de uma técnica superior de arquitetura em janeiro de 2011;
- Regresso em juho de 2011 de uma técnica superior de economia em regime de mobilidade na Câmara do Porto desde maio de 2010.



Encargos e Passivos Financeiros

Os encargos com juros de empréstimos contratados atingiram o montante de 498 176,36 €. Deste valor, 89 % refere-se aos juros do empréstimo do saneamento financeiro; 10 % refere-se a juros dos restantes empréstimos bancários do Município e 1 % refere-se a juros de locação financeira.

O quadro n.º 21 mostra a evolução do peso dos encargos com juros nos últimos 5 anos.

Quadro 21: Rácio Encargos Financeiros/Despesa corrente

Descrição/ano	2007	2008	2009	2010	2011
Juros e outros encargos	239.172,03	251.008,88	148.528,75	1.152.872,22	489.176,36
Despesa corrente	4.653.748,81	4.933.488,19	4.833.637,82	8.225.273,59	5.088.699,44
Peso (%)	5%	5%	3%	14%	10%

Em 2011 a despesa com juros representou 10% da despesa corrente. Este peso é tendencialmente crescente em relação aos anos anteriores (229% em relação a 2009), à exceção de 2010, em que a rubrica assumiu um peso de 14%, em virtude de terem sido pagos por aquela rubrica juros reclamados por empreiteiros no âmbito do plano de saneamento financeiro.

No que concerne à amortização de empréstimos, registou-se em 2011 um valor de 497544,00€ o que representa cerca de 13% das despesas de capital.

O quadro n.º 22 evidencia a evolução do peso das amortizações de empréstimos na despesa de capital ao longo dos últimos 5 anos.

Quadro 22: Rácio Amortização empréstimos/despesas de capital

Descrição/ano	2007	2008	2009	2010	2011
Passivos Financeiros (amortizações)	311.937,88	378.810,34	446.432,38	506.343,93	497.544,20
Despesa de capital	4.130.222,79	2.682.405,88	3.353.875,66	13.184.062,86	3.827.705,16
Peso (%)	8%	14%	13%	4%	13%

O encargo da dívida (juros+ amortização de capital) ascendeu em 2011 ao montante global de 986 720,56 €, que corresponde a 11% da despesa total paga do Município. Em termos percentuais, o seu peso na despesa total aumentou face ao ano 2010- em que o encargo com a dívida representou 8% das despesas pagas-, bem como face a todo o período representado no quadro que se segue.

Quadro 23: Evolução dos encargos e passivos financeiros 2007/2011

Descrição/ano	2007	2008	2009	2010	2011
Amortização	311.937,88	378.810,34	446.432,38	506.343,93	497.544,20
Juros e outros encargos	239.172,03	251.008,88	148.528,75	1.152.872,22	489.176,36
Total	551.109,91	629.819,22	594.961,13	1.659.216,15	986.720,56
Despesa total	8.783.971,60	7.615.894,07	8.187.513,48	21.409.336,45	8.916.404,60
% na despesa total	6%	8%	7%	8%	11%

Aquisição de bens e serviços e outras despesas

Durante o ano 2011 foram gastos 1.422.626,99 € na aquisição de bens e serviços e outras despesas correntes, com a seguinte distribuição:

- Aquisição de bens - 284.759,52 €;
- Aquisição de serviços correntes – 1.132.172,62 €
- Outras despesas correntes – 5.694,85 €

As tipologias de despesa que mais contribuíram para o valor pago nesta rubrica foram:

- Recolha e tratamento de RSU – 307 116,44 €



- Encargos com instalações – 119 785,32 €
- Transportes (inclui os transportes escolares) - 157 645,04 €
- Combustíveis – 117.425,74 €
- Outros Trabalhos Especializados - 102.897,66 €
- Animação cultural, recreativa e desportiva - 94.372,59 €

Transferências e subsídios

As transferências e subsídios atingiram o montante de 343 359,67€, representando 4% da despesa total. O quadro n.º 24 ilustra a distribuição das verbas de subsídios e transferências pelas várias entidades beneficiárias.

Quadro 24: Distribuição dos montantes de transferências e subsídios

Transferências e Subsídios	Correntes	Capital	Total
Freguesias	1.200,00	33.000,00	34.200,00
Associações de Municípios (ANMP+CIM AVE)	8.098,28	0,00	8.098,28
Associações Locais (Mondim+Social; BVMB; Associações Culturais e Desportivas)	261.678,64	16.250,00	277.928,64
Instituições (Agrupamento Vertical de Escolas)	10.200,00	0,00	10.200,00
Famílias (prejuízos do javali no âmbito da ZCM +ações sanitárias aos agricultores do concelho ...)	11.932,75	1.000,00	12.932,75
Total	293.109,67	50.250,00	343.359,67

No global, os subsídios e as transferências diminuíram 3% em relação ao ano 2010.

Investimentos

As despesas de capital totalizam o montante global de 3.827.705,16 €, sendo que é a rubrica de investimentos que assume maior destaque: 85% daquele montante.

As sub- rubricas que mais contribuíram foram:

- Edifícios/Centro Escolar de Mondim Oeste, no montante pago de 1.293.008,95 €;
- Equipamento de transporte, no montante de 449 726,38 €;
- Captação e distribuição de água, no montante de 244 620,60 €;
- Arruamentos e obras complementares, no montante de 156 477,38 €;
- Equipamento de Informática, no montante de 125 711,97 €;
- Equipamento administrativo, no montante de 134 018,98 euros;
- Melhoramentos fundiários (PDM +projetos), no valor de 128.390,65 €.

Análise do equilíbrio orçamental

O quadro n.º 25 evidencia o valor das receitas correntes que no período 2008 a 2011 foram afetas à cobertura de despesa de capital - poupança corrente.

Quadro 25: Evolução da poupança corrente executada

Designação	2008	2009	2010	2011
Receita Corrente	4.968.692,52	5.103.404,40	4.931.312,63	5.114.149,36
Despesa Corrente	4.933.488,19	4.833.637,82	8.225.273,59	5.088.699,44
Poupança Corrente	35.204,33	269.766,58	-3.293.960,96	25.449,92

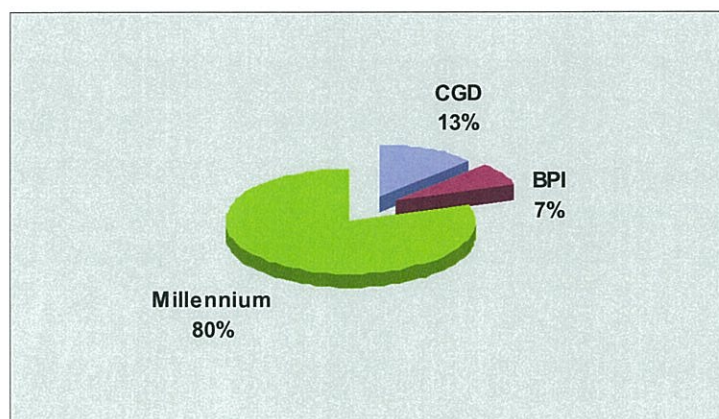
4.4 Endividamento Municipal e Endividamento Líquido Municipal

4.4.1 Empréstimos Bancários

Em 31 de dezembro de 2011, a dívida com empréstimos bancários ascendia a 16.793.703,36 €, repartidos por três entidades bancárias.

O gráfico n.º 4 mostra a distribuição do volume da dívida de empréstimos pelas entidades financeiras, destacando-se o Millennium BCP onde se encontra o empréstimo do saneamento financeiro.

Gráfico 4: Empréstimos bancários por instituição financeira



4.4.2 Dívidas a Terceiros - Curto, Médio e Longo Prazo

O montante da dívida a credores de imobilizado do ano 2011 ascendeu a 648.108,75 €; a dívida a fornecedores c/c ascendeu a 346.466,77 €, existindo ainda 52 109,48 € referentes a “outras dívidas de curto prazo”.

Da análise do quadro n.º 26 ressalta uma significativa diminuição em relação ao ano 2010, sobretudo ao nível dos fornecedores de imobilizado que regista uma diminuição de 70%.

No global, a dívida diminuiu 10% em relação a 2010, sendo que foi a dívida de curto prazo que contribuiu decisivamente para esta diminuição, uma vez que a dívida de longo prazo apenas diminuiu 3%.

Quadro 26: Dívida a terceiros - curto, médio e longo prazo

Componentes	2010	2011	Variação 2011/2010
Fornecedores C/c	491.447,52	346.466,77	-30%
Fornecedores de Imobilizado (inclui leasing)	2.131.549,98	648.108,75	-70%
Outras dívidas de curto prazo		52.109,48	
Sub- Total – dívida de curto prazo	2.622.997,50	1.046.685,00	-60%
Dívida de M/L prazo (empréstimos)	17.291.247,56	16.793.703,36	-3%
Total da Dívida	19.914.245,06	17.840.388,36	-10%

NOTA: Os dados refletidos no quadro anterior têm origem no balanço e permitem estabelecer uma comparação com o ano anterior. Importa referir que, relativamente à estrutura da dívida a terceiros de curto prazo, o valor total registado no balanço incorpora o montante de cauções e garantias que aparece, pela primeira vez em 2011, refletido nas demonstrações financeiras do Município. Este valor juntamente com o registado em “Estado e outros entes públicos” respeita a **saldos de Operações de Tesouraria**, e por isso não concorrem para o apuramento da dívida a terceiros de curto prazo apresentada no quadro anterior.

4.4.3 Limites de Endividamento Municipal em 2011

De acordo com o artigo 53º da Lei do Orçamento de Estado para 2011, o limite de endividamento líquido para 2011, para cada município, é igual ao valor registado a 30 de setembro de 2010, mantendo-se a obrigatoriedade da redução de 10% do excesso de endividamento verificado nesta data (DGAL; maio de 2011).

Desta forma, o valor do endividamento líquido em 31 de dezembro de 2011 tem de corresponder à diferença entre o valor registado em 30 de setembro de 2010 e a redução de 10% do excesso de endividamento verificado nessa data. O quadro n.º 26 mostra a fórmula de

cálculo utilizada para o ano 2011, da qual resulta um limite de endividamento líquido de 18391665,58 €.

Quadro 27: Limite de Endividamento Líquido

(artigo 53º da Lei do Orçamento de Estado 2011)		
End.Líquido em 30/09/2010	19.553.910,00	A
Excesso de EL em 2010	11.622.449,00	B
Limite End. Líquido para 2011	18.391.665,58	C=A-(B*10%)

Do mesmo modo, o limite de endividamento de médio e longo prazos é igual ao valor registado a 30 de setembro de 2010 deduzido de 10% do excesso de endividamento de MLP verificado nessa data, pelo que, de acordo com os dados validados pela DGAL importa em 10412 525,00 €.

Limite Endividamento de Médio e Longo Prazo 2011	10.412.525,00
---	----------------------

4.4.4 Endividamento Líquido Municipal

Tendo por base o conceito de endividamento líquido municipal estabelecido no n.º 1 do artigo 36º da Lei das Finanças Locais, apresenta-se o quadro n.º 27 que compara os ativos e passivos financeiros do Município no ano 2011.

Quadro 28: Endividamento líquido Municipal (Ativo-Passivo)

CONTAS	Saldo devedor final do trimestre	Saldo credor final do trimestre	Observações
1 DISPONIBILIDADES	586.596,89		
11 Caixa	826,09		
12 Depósitos em instituições financeiras	585.770,80		
2 TERCEIROS	594.211,16	18.631.178,80	
21 Clientes, contribuintes e utentes	6.643,60	0,00	
211 Clientes, c/c			
212 Contribuintes, c/c			
213 Utentes, c/c			
214 a 216 (...)			
217 Clientes e utentes c/ cauções			
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	6.643,60		
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes			
22 Fornecedores		346.466,77	

221 Fornecedores, c/c		346.466,77
222 a 227 (...)		
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		
229 Adiantamentos a fornecedores		
23 Empréstimos obtidos		16.793.703,36
231 Em moeda nacional		16.793.703,36
2311 De curto prazo		0,00
23111 Empréstimos bancários		
2312 De médio e longo prazo		16.793.703,36
23121 Empréstimos bancários		16.793.703,36
24 Estado e outros entes públicos		35.259,11
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento		
252 Credores pela execução do orçamento		
26 Outros devedores e credores	587.567,56	1.100.037,36
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	648.108,75
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		566.708,10
2613 Fornecedores p/ leasing		81.400,65
2618 Facturas em recepção e conferência		
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		
262 Pessoal		25.328,11
263 Sindicatos		445,01
264 Administração autárquica	0,00	0,00
2647 Empresas municipais e intermunicipais		
2648 e 2649 (...)		
265 e 266 (...)		
268 Devedores e credores diversos	587.567,56	26.336,36
2685 Cauções e garantias		399.819,13
269 Adiantamentos por conta de vendas		
27 Acréscimos e diferimentos		355.712,20
271 Acréscimos de proveitos		
272 custos diferidos		
273 Acréscimos de custos		355.712,20
274 Proveitos diferidos		
2741 a 2744 (...)		
2745 Subsídios para investimentos*		
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		
2749 Outros proveitos diferidos*		
28 Empréstimos concedidos		
4 IMOBILIZAÇÕES		
41 Investimentos financeiros	35.573,00	
411 Partes de capital	35.573,00	
412 Obrigações e títulos de participação		
415 Outras aplicações financeiras		
TOTAL	1.216.381,05	18.631.178,80
TOTAL CONSIDERADO PARA CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO	1.216.381,05	18.631.178,80
PASSIVO-ATIVO	17.414.797,75	
Empréstimos excepcionados	62.655,89	
Endividamento líquido do Município em 31/12/2011	17.352.141,86	

* Para o cálculo do endividamento líquido não entram as contas 2745 e 2749.

O endividamento líquido apurado para 2011 é inferior ao verificado em 2010 em 2.409.967,48€, o que equivale a uma diminuição de 12%.

4.4.5 Situação de Endividamento do Município face aos Limites de Endividamento

Uma vez conhecidos os limites de endividamento legais para o Município em 2011 e apurada a situação existente em 31/12/2011, verifica-se que o endividamento líquido do Município passou de uma situação de excesso em 2010 para uma situação de margem, o que significa que o Município deixou de estar numa situação de incumprimento.

Efetivamente, de acordo com os dados da prestação de contas de 2010, o Município deveria reduzir no mínimo 10% do excesso de endividamento líquido apurado, equivalente a 1182183,00 € e conseguiu reduzir 2.409.967,48€, o que em termos de peso no valor do excesso equivale a uma percentagem de 21%, ou seja, o Município reduziu 21% do excesso de endividamento face a 2010.

O quadro n.º 29 expõe a situação do município face aos limites de endividamento para 2011.

Quadro 29: Situação do município face aos limites e endividamento

	Limite do Município em 2011	Situação a 31/12/2011	Situação face ao limite	Observação
Endividamento de médio/longo prazo	10.412.525,00	16.731.047,47	-6.318.522,47	Excesso
Endividamento líquido	18.391.665,58	17.352.141,86	1.039.523,72	Margem

Relativamente ao endividamento de médio e longo prazo, verifica-se que o Município, não obstante o aumento do limite – por via do artigo 53º da Lei de Orçamento de Estado 2011- continua numa situação de incumprimento, registando um excesso de 6 318 522,47 €, em virtude de em 2011 apenas ter reduzido o montante de 483.041,90 €, correspondente a 3% do total de endividamento de médio/longo prazo.

O quadro n.º 30 estabelece uma comparação entre os valores obtidos em 2010 e os valores de 2011, tendo em conta que o cálculo dos limites em 2011 obedeceu a regras distintas às de 2010- que remetia para o previsto na Lei das Finanças Locais.

Assim, repare-se na alteração que o artigo 53º da Lei do orçamento de Estado para 2011 veio introduzir e no impacto que teve ao nível do aumento dos limites de 2011 face a 2010.

Quadro 30: Limites de Endividamento – comparação 2011/2010

Endividamento	Limite do Município		Situação a 31/12/2011		Situação face ao limite	
	2010	2011	2010	2011	2010	2011
Endividamento de médio/longo prazo	6.348.227,68	10.412.525,00	17.214.089,37	16.731.047,47	-10.865.861,69 Excesso	-6.318.522,47 Excesso
Endividamento líquido	7.935.284,60	18.391.665,58	19.757.118,34	17.267.230,25	-11.821.833,74 Excesso	1.124.435,33 Margem

4.5 Indicadores de Gestão Orçamental /Rácios Financeiros

Os indicadores de gestão são uma forma de análise sintética que, devido ao facto da sua construção se basear em agregados patrimoniais diversificados transmitem uma visão global da situação das finanças da entidade. Os quadros seguintes reúnem os rácios financeiros mais importantes do ponto de vista da gestão municipal no ano 2011.

Quadro 31: Grau de Cobertura Global da Despesa

GRAU DE COBERTURA GLOBAL DAS DESPESAS					
	2008	2009	2010	2011	Análise Económica
Receita Total / Despesa Total	99,4%	99,44%	101,43%	97,07%	Mede a capacidade das receitas totais cobradas no ano de 2011 cobrirem as despesas totais pagas em 2011.
Receita Corrente / Despesa Corrente	100,7%	100,71%	59,95%	100,50%	Mede a capacidade das receitas correntes cobrirem as despesas da mesma natureza.
Receita Capital / Despesa Capital	97,1%	97,11%	127,30%	92,24%	Mede a capacidade das receitas de capital cobrirem as despesas da mesma natureza.
Receitas Próprias / Despesa Total	11,7%	11,65%	3,91%	10,59%	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelas receitas próprias da Autarquia
Fundos Municipais / Despesa Total	69,38%	69,38%	27,05%	56,45%	Mede o grau de cobertura das despesas totais pelos Fundos Municipais

Quadro 32: Estrutura da Receita

ESTRUTURA DA RECEITA					
	2008	2009	2010	2011	Análise Económica
Receitas Próprias / Receita Total	11,7%	11,72%	3,85%	10,91%	Mede o peso das receitas próprias do município no total das receitas arrecadadas
Receita Cobrada Localmente / Receita Total	5,4%	5,35%	2,09%	5,44%	Mede o peso das receitas cobradas localmente pela Autarquia nas receitas totais
Impostos Directos / Receita Total	5,3%	5,27%	1,76%	5,14%	Mede o peso das receitas provenientes dos impostos directos na receita total
Fundos Municipais / Receita Total	69,8%	69,77%	26,67%	58,16%	Mede o peso das transferências dos fundos municipais na receita total
Receitas Fiscais / Receitas Correntes	8,06%	8,06%	7,77%	11%	Mede o peso das receitas Fiscais arrecadadas sobre as receitas correntes cobradas

Quadro 33: Estrutura da Despesa

ESTRUTURA DA DESPESA					
	2008	2009	2010	2011	Análise Económica
Despesa de Capital / Despesa Total	35,22%	35,22%	61,61%	42,93%	Mede o peso da despesa de capital na despesa total
Investimentos / Despesa Total	50,14%	50,14%	59,15%	36,79%	Mede o peso do investimento direto em sentido restrito na despesa total
Aquisição de Bens de Capital / Despesa Total	30,21%	30,21%	59,15%	36,79%	Mede o peso da despesa com investimento direto na despesa total
Pessoal / Despesa Total	39,55%	39,55%	15,92%	32,34%	Mede o peso da despesa com o pessoal na despesa total

Quadro 34: Outros Rácios

	2008	2009	2010	2011	Análise Económica
Receita Total Per Capita	868,04	868,04	2.488,77	1.158,83	Permite analisar o volume de receitas arrecadadas per capita
Receita Total Por Km ²	44.007,12	44.007,12	126.173,76	50.292,31	Compara as receitas arrecadadas com a área geográfica da autarquia km ²
Despesa Total Per Capita	872,88	872,88	2.452,51	1.193,79	Permite analisar o volume de despesas efetuadas, em termos per capita
Despesa Total Por Km ²	44.252,73	44.252,73	124.335,53	51.809,44	Comparara as despesas efetuadas com a área geográfica abrangida pela autarquia km ²
Receitas Próprias Per Capita	101,71	101,71	95,85	126,40	Permite analisar o volume de recitas próprias reunidas pala autarquia, em termos per capita
Receitas Próprias Por Km ²	5.156,43	5.156,43	4.859,55	5.485,66	Compara as receitas próprias reunidas pela autarquia, com a respetiva área geográfica km ²
Fundos Municipais Per Capita	605,60	605,60	663,83	673,92	Permite analisar o volume de receitas decorrentes da participação nos impostos do Estado PIE que cabe à autarquia, em termos per capita
Fundos Municipais Por Km ²	30.702,14	30.702,14	33.654,49	29.247,69	Comparara as receitas decorrentes da PIE, com área geográfica km ² abrangida pela autarquia
Investimentos Per Capita	437,63	437,63	1.450,74	439,14	Permite analisar o impacto de despesas de investimento pagas, em termos per capita
Investimentos Por Km ²	22.186,43	22.186,43	73.548,63	19.058,17	Compara os investimentos pagos, com área geográfica km ² abrangida pela autarquia.

4.6 Análise Económico-Financeira

4.6.1 Análise ao Balanço

Imobilizado

No ano 2011 o valor global do Ativo Líquido apresenta uma ligeira redução em relação a 2010.

Neste ponto, importa referir que durante 2011 foi encetado um trabalho sistemático de inventário - com base num novo software de património - do qual resultou a necessidade de se proceder a vários ajustamentos/ regularizações, bem como a correções de situações reportadas a exercícios económicos anteriores, designadamente, nas rubricas de imobilizado corpóreo, amortizações acumuladas e amortizações do exercício, com impacto na conta 59- resultados transitados.

O imobilizado de natureza corpórea e os bens de domínio público continuam a ser parcelas com maior expressão, representando 54% e de 44%, respetivamente, do valor total do activo líquido imobilizado.

Circulante

O ativo circulante, fundado nas existências, nas dívidas de terceiros e nas disponibilidades, agrega no final do exercício 2% do ativo líquido, percentagem superior, em dobro, à verificada no exercício anterior. Os maiores agregados são as dívidas de terceiros e as disponibilidades, cabendo igualmente a estes dois agrupamentos as maiores variações registadas no final de 2011 face ao ano anterior.

Uma alteração em relação ao ano anterior refere-se ao registo das dívidas de terceiros contabilizadas no final de 2011 que reflete quase na íntegra o valor das participações em atraso - devidamente validadas pelas entidades competentes- relativas a projetos aprovados no âmbito do ON2, valor que ascende a 583 590,06 €.

No ano de 2011 não houve necessidade de aumentar provisão para clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa.

Fundos Próprios

No que concerne aos fundos próprios impõe-se apresentar uma justificação para o valor registado na conta 59- resultados transitados. Com efeito, o valor diminuiu 775 211,00 €, devido a regularizações efetuadas no património em virtude de terem sido identificados registos indevidos em imobilizado em anos económicos anteriores. Assim, procedeu-se à necessária regularização através de notas de lançamento.

Passivo

O passivo registou em 2011 um aumento de 1%, no montante de 332.783,89 €, relativamente ao ano transacto. Esta variação não resulta do aumento das dívidas a terceiros de curto prazo, (que diminuiram 46%); antes resulta do aumento dos proveitos diferidos que em 2011 aumentou cerca de 86% e que respeitam a proveitos provenientes de subsídios QREN para investimentos.

Refira-se que as importâncias referidas no quadro das dívidas a terceiros incluem quer as operações orçamentais quer as não orçamentais.

Acréscimos e Diferimentos

A expressividade dos Acréscimos de Custos está basicamente vertida no valor contabilizado por via das remunerações a liquidar em 2012, cujo custo onera o exercício de 2011. São exemplo disso, os pagamentos a efectuar referentes ao subsídio de férias e encargos sociais.

Do lado dos Proveitos Diferidos, a expressividade de valores deve-se aos subsídios para investimentos (a título de participações de projetos no âmbito do QREN), representados na sua totalidade em 93% do total dos acréscimos e diferimentos no lado do passivo.

4.6.1 Análise à Demonstração de Resultados

A interferência da atividade operacional do Município permanente como fator determinante na formação do resultado líquido do exercício, tendo gerado um resultado operacional positivo de 1 287 540,67 €.

Este resultado deve-se a uma diminuição generalizada de custos, designadamente dos custos com fornecimentos e serviços externos, que diminuindo 336.350,26 € resultou numa redução de cerca de 19 %. Da mesma forma, regista-se uma diminuição com os custos de pessoal, bem como com as transferências e subsídios sociais concedidos.

Para o resultado operacional contribuiu, simultaneamente pelo lado dos proveitos, o aumento do valor das prestações de serviços em 32%, bem como o aumento dos impostos e taxas em 8%.

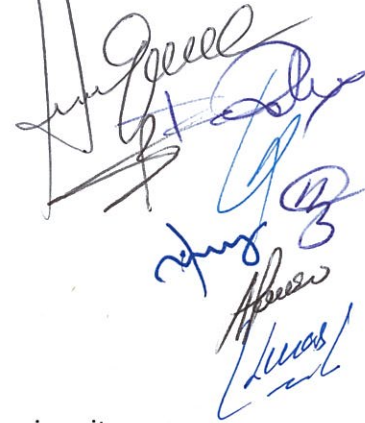
Resulta, assim, da análise dos custos e proveitos operacionais um RESULTADO OPERACIONAL do EXERCÍCIO de 2011 POSITIVO de 1 287 540,67 €.

Em 2011 os resultados financeiros continuam negativos, embora tenham melhorado face a 2010. Efetivamente, passou-se de um resultado negativo de -1 145 663,80 € para -412 294,82€, o que significa um montante muito menor de juros suportados durante o exercício de 2011.

Resulta da análise dos Custos e Proveitos Financeiros um RESULTADO FINANCEIRO do EXERCÍCIO 2011 NEGATIVO EM 412 294,82 €.

Para efeitos do apuramento dos Resultados Extraordinários, verifica-se um valor de 11 864,81 de proveitos extraordinários e um valor de 55 599,98 de custos extraordinários, pelo que o RESULTADO EXTRAORDINÁRIO DO EXERCÍCIO de 2011 é NEGATIVO em 43 735,17€.

Resulta da contabilização dos Resultados Operacionais, Financeiros e Extraordinários, um RESULTADO LÍQUIDO POSITIVO de 831 510,68 €.



4.7 Anexos às Demonstrações Financeiras.

Nota Introdutória

As notas a seguir apresentadas visam contribuir para a interpretação dos valores inscritos no Balanço e Demonstração de Resultados, tal como é exigido no ponto 2 do POCAL, no artigo n.º 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 de 22 de fevereiro de e na resolução n.º 4/2001 do Tribunal de Contas.

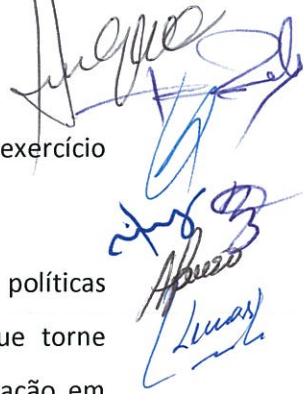
Estas notas têm como referência a numeração definida no ponto 8 do POCAL, indicando-se todos os pontos definidos, mesmo aqueles que não sejam aplicáveis, isto é, cujo conteúdo não se considera ser materialmente relevante, que justifique a sua explicação.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2. do POCAL, segundo a convenção dos custos históricos, na base da continuidade das operações e em respeito com os princípios de contabilidade geralmente aceites.

4.7.1 Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

Nota 82.1 – Indicação e justificação de disposições do POCAL derrogadas e efeitos no Balanço e Demonstração de Resultados.

A criação de condições para a integração consistentes da Contabilidade Orçamental, Patrimonial e de Custos, é um dos principais objetivos do POCAL. Apesar da contabilidade de custos não se encontrar ainda implementada no município de Mondim de Basto, a sua não execução não tem reflexo no Balanço e Demonstração de Resultados pelo que as demonstrações financeiras apresentadas, reflectem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, passivo e dos resultados do Município, não se considerando derrogada qualquer disposição relevante do POCAL com reflexo no Balanço e Demonstração de Resultados.



8.2.2 – Contas do Balanço e Demonstração de Resultados não comparáveis com as do exercício anterior.

Ao longo do exercício de 2011 não foram alterados procedimentos, regras e políticas contabilísticas, relativamente aos critérios definidos para o exercício anterior, que torne incomparáveis as contas do Balanço e Demonstração de Resultados. A única alteração em matéria de compatibilização operou-se no registo das cauções que passaram a integrar os montantes contabilizados em Operações de Tesouraria. Contudo, este facto não tem implicações no Balanço e Demonstrações de Resultados pelo que os documentos continuam a ser comparáveis com os do exercício anterior.

8.2.3 - Critérios de Valorimetria, Amortizações e Provisões

8.2.3.1- Critérios de Valorimetria

Os critérios de valorimetria utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e Demonstração de Resultados obedeceram ao estabelecido nesta matéria no POCAL, resumindo-se por grandes classes:

1 – Imobilizações

O ativo imobilizado e aumentos patrimoniais contabilizados no exercício de 2011 foram valorizados ao custo de aquisição ou produção.

2 – Existências

Não existem existências no final do exercício.

3 – Dívidas a Terceiros

As dívidas a terceiros foram registadas pelo valor à data da factura, pelo que expressam os montantes dos documentos que as titulam.

4 - Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros são evidenciadas pelos valores das respetivas operações.

8.2.3.2 – Método de cálculo de Amortizações e Provisões

As Amortizações foram calculadas com base no método das quotas constantes, aplicando as taxas de amortização para cada bem do Activo Imobilizado previsto na portaria 671/2000 de 17/04 – CIBE.

8.2.4 - Cotações utilizadas para conversão em moeda portuguesa de contas originariamente expressam em moeda estrangeira.

Situação não aplicável.

8.2.5 – Situações em que o Resultado do Exercício foi afectado por critérios de valorimetria diferentes, amortizações superiores às adequadas ou provisões extraordinárias.

O resultado líquido do exercício não foi afectado por critérios de valorimetria diferentes das previstos no POCAL, amortizações superiores às adequadas ou provisões extraordinárias.

8.2.6 – Comentário às contas 43.1 e 43.2 - Despesas de Instalação e Despesas de Investigação e de Desenvolvimento.

Situação não aplicável.

8.2.7- Movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado constantes do Balanço e nas respectivas Amortizações e Provisões.

Disponibilizam-se os mapas elaborados em conformidade com modelo aprovado no POCAL, contendo todos os movimentos ocorridos nas rubricas do Activo Imobilizado, constantes do Balanço e nas respectivas Amortizações e Provisões.

Quadro 35: Ativo bruto

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reavaliações/ Ajustamentos	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
45 Bens de Domínio Público:						
Terrenos e recursos naturais			6.983,17			6.983,17
Edifícios	421.560,52					421.560,52
Outras construções e infra-estruturas	1.868.506,56		21.868.142,07			23.736.648,63
Bens do património histórico, artístico e cultural			71.332,84			71.332,84
Outros bens de domínio público						0,00
Imobilizações em curso						0,00
Adiantamentos por conta de bens de domínio público						0,00
43 Imobilizações Incorpóreas:						
Despesas de instalação						
Despesas de investigação e desenvolvimento						
Outras Imobilizações incorpóreas			197.939,04			197.939,04
44 Imobilizações em curso			4.687.922,44		39.583,67	4.648.338,77
42 Imobilizações Corpóreas:						
Terrenos e recursos naturais	161.202,75					161.202,75
Edifícios e outras construções	6.366.108,89		16.938.661,89			23.304.770,78
Equipamento básico	210.671,01		146.611,56		4.900,87	352.381,70
Equipamento de transporte	1.326.759,14		27.271,01			1.354.030,15
Ferramentas e utensílios	102.673,57					102.673,57
Equipamento administrativo	641.007,84		343.339,31		7.462,02	976.885,13
Taras e vasilhames						0,00
Outras imobilizações corpóreas	847,00		1.118.538,33			1.119.385,33
Imobilizações em curso						0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas						0,00
41 Investimentos financeiros:						
Partes de capital	35.573,00					35.573,00
Obrigações e títulos de participação						
Investimentos em imóveis:						
Adiantamentos por conta de investimentos financeiros						
Total	11.134.910,28	0,00	45.406.741,66	0,00	51.946,56	56.489.705,38

Quadro 36: Mapa de Amortizações

RUBRICAS	Saldo Inicial	Reforço	Regularizações	Saldo Final
De Bens de Domínio Público:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios	190.693,16	1.793,39		192.486,55
Outras construções e infra-estruturas	26.070,38	552.079,65		578.150,03
Bens do património histórico, artístico e cultural		4.787,44		4.787,44
Outros bens de domínio público				
De Imobilizações Incorpóreas:				
Despesas de instalação				0,00
Despesas de investigação e desenvolvimento				0,00
Propriedade industrial e outros direitos				0,00
Imobilizações em curso				0,00
Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas				0,00
Outras imobilizações incorpóreas		98.003,04		98.003,04
De Imobilizações Corpóreas:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	935.459,81	264.151,61		1.199.611,42
Equipamento básico	147.018,45	73.055,62		220.074,07
Equipamento de transporte	745.568,48	73.417,44		818.985,92
Ferramentas e utensílios	87.755,24	3.905,55		91.660,79
Equipamento administrativo	565.064,03	153.624,55	7.462,02	711.226,56
Taras e vasilhames				
Outras imobilizações corpóreas	317,63	60.145,10		60.462,73
De Investimentos Financeiros:				

Partes de capital				
Obrigações e títulos de participação				
Investimentos em imóveis:				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções				
Outras aplicações financeiras:				
TOTAL	2.697.947,18	1.284.963,39	7.462,02	3.975.448,55

8.2.8 - Desagregação das rubricas dos mapas anteriores, de forma a evidenciar a descrição do activo, valor de aquisição, taxa de amortização e outras informações.

Devido ao elevado número de bens já inventariados, esta informação encontra-se disponível em fichas electrónicas no software do património, pelo que não se procede à sua anexação ao presente relatório. A este propósito refira-se que ainda existem alguns bens móveis e imóveis que não se encontram inventariados, pelo que durante o ano de 2012 será prioritário o seu registo, de modo a que no final do ano possa estar inventariado o maior número possível de bens do ativo imobilizado.

8.2.9 – Custos do exercício respeitantes a empréstimos para financiar Imobilizações que na fase de construção tenham sido capitalizados

Todos os encargos financeiros do exercício relativos a financiamentos destinados a imobilizado em execução estão refletidos nos resultados.

8.2.10 – Diplomas legais em que se baseou a reavaliação do imobilizado

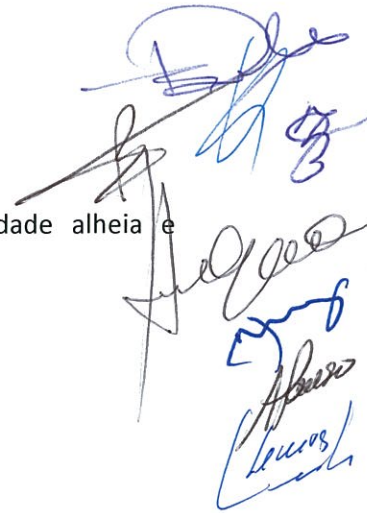
No exercício de 2011 não foi efectuada qualquer reavaliação dos bens do activo imobilizado, informação evidenciada no mapa do activo bruto.

8.2.11 – Quadro discriminativo das Reavaliações

Não aplicável.

8.2.12 - Imobilizações em poder de Terceiros, imobilizações em propriedade alheia e imobilizações reversíveis.

Não aplicável



8.2.13 – Bens utilizados em regime de Locação Financeira

Quadro 37: Bens utilizados em regime de locação financeira

Entidade Fornecedora	Entidade Financiadora	Identificação dos Bens	Periodicidade	Duração		2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	TOTAL
				Início	Fim									
IVECO Portugal S.A	Caixa Leasing e Factoring, S.A.	Iveco Daily-Mini BUS	Trimestral	22-09-2006	24-08-2012	8.434,58	10.826,00	11.257,38	11.705,95	12.275,48	6.134,86			60.634,25
Fernando Gonçalves Ferreira	BNP-Paribas Lease Group	Tractor	Mensal	07-10-2009	07-10-2013			2.729,91	10.529,23	12.447,30	12.997,90	12.467,80		51.172,14
Motivo	Caixa Leasing e Factoring, S.A.	Retroscavadora	Mensal	01-07-2010	01-07-2014				6.572,70	15.655,06	16.087,84	16.515,89	12.524,93	67.356,42
TOTAL						10.441,58	12.834,00	23.275,58	30.817,88	42.388,84	37.232,60	28.983,69	12.524,93	179.162,81

(Handwritten signatures and initials)

8.2.14 – Bens que não foi possível valorizar

O processo de inventariação dos bens imóveis encontr-se ainda por concluir, faltando, entre outros, proceder ao levantamento de:

- Redes de saneamento e abastecimento de água;
- Rede viária;
- Alguns edifícios de domínio público e privado, ainda inventariados com base no valor da matriz, carecendo da respetiva reavaliação;
- Alguns edifícios, alvo de alterações nos últimos anos que obrigam necessariamente à sua atualização;
- Bens de Património Histórico, Artístico e Cultural

No momento, o registo e actualização da matriz de alguns bens imóveis, bem como dos bens de domínio público está dependente da disponibilidade dos serviços para a realização dos levantamentos topográficos, necessários ao processo de registo e inventariação.

8.2.15 – Bens de Domínio Público que não são objecto de amortização

De acordo com as disposições legais constantes do CIBE, não são susceptíveis de amortização os terrenos, bem como alguns bens afectos ao domínio público.



8.2.16 – Informação sobre entidades participadas

Quadro 38: Entidades participadas

Denominação Social (Entidade Participada)	Sede	Capital Social	Participação		Regime
			Valor	%	
Mondim + Social	Mondim de Basto	3.125,00	2.500,00	80%	Cooperativa
ResiNorte	Celorico de Basto	8.000.000,00	32.800,00	0,41%	Sociedade Anónima

8.2.17 / 8.2.18– Discriminação das contas “Títulos Negociáveis”, “Outras Aplicações de Tesouraria” e “Outras Aplicações Financeiras”

O Município não possui no seu activo qualquer aplicação nas contas referidas.

8.2.19 a 8.2.21 – Informações relevantes na análise do Activo Circulante

As demonstrações financeiras não contêm factos materialmente relevantes nestes itens.

8.2.22 – Valor global das Dívidas de Cobrança Duvidosa

Quadro 39: Dívidas em cobrança duvidosa

Contas	Descrição	Saldo
281806	Cobranças em atraso - Ano 2006	858,78
281807	Cobranças em atraso - Ano 2007	1.076,73
281808	Cobranças em atraso - Ano 2008	1.000,38
281809	Cobranças em atraso - Ano 2009	821,32
281810	Cobranças em atraso - Ano 2010	2.886,39
Total		6.643,60

O valor das dívidas em cobrança duvidosa não foi alterado em 2011, uma vez que a dívida existente nesse ano está totalmente dentro do prazo legal de recuperação da dívida. Assim, o mapa do valor global das dívidas de Cobrança Duvidosa mantém-se inalterado.

8.2.23 e 8.2.24 – Valor Global das Dívidas Ativas e Passivas respeitantes a Pessoal da Autarquia, Obrigações e outros títulos emitidos, com indicação dos direitos que conferem

Não aplicável.

8.2.25 – Discriminação das dívidas incluídas na conta “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora

Não aplicável.

8.2.26 – Discriminação desagregada das responsabilidades por Garantias e Cauções prestadas e recibos para cobrança.

Quadro 40: Contas de ordem

RECEBIMENTOS			PAGAMENTOS		
Saldo da gerência anterior:	2.956.164,24		Garantias e Cauções accionadas		
Garantias e cauções	0,00		Garantias e cauções devolvidas	0,00	439.828,71
Recibos para cobrança		2.956.164,24	Receita virtual cobrada		
			Receita virtual anulada		
Garantias e cauções prestadas		305.202,06	Saldo para a gerência seguinte:		2.821.537,59
Receita virtual liquidada		0,00	Garantias e cauções		
			Recibos para cobrança		
Total		3.261.366,30	Total		3.261.366,30

8.2.27 – Desdobramento das Contas de Provisões acumuladas com explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Durante o exercício de 2011 não foram movimentados quaisquer valores para o reforço das provisões, em virtude de não ter aumentado o valor das cobranças duvidosas.

Quadro 41: Mapa de provisões

Código das Contas		Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobranças duvidosas	3.814,05	532,45	204,75	4.141,75
292	Provisões para riscos e encargos				
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				
		3.814,05	532,45	204,75	4.141,75

8.2.28 - Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício de cada uma das contas da classe 5 “ Fundo Patrimonial” constante do Balanço

Quadro 42: Fundo patrimonial

CONTAS	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
51 - Património	13.901.026,22			13.901.026,22
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas				
56 - Reservas de reavaliação				
57 - Reservas:				
571 - Reservas Legais	728.133,29	26.219,99		754.353,28
572 - Reservas estatutárias				
573 - Reservas contratuais				
574 - Reservas livres				
575 - Subsídios				
576 - Doações				
577 - Reservas decorrentes de transferências de activos				
59 - Resultados transitados	15.889.977,49	576.853,31	1.352.064,57	15.114.766,23
88 - Resultados líquidos do exercício	524.399,85	307.110,83		831.510,68
Total	31.043.536,85	910.184,13	1.352.064,57	30.601.656,41

8.2.29 - Demonstração do Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas

Não aplicável

8.2.30 – Demonstração da variação da produção

Não aplicável

8.2.31 - Demonstração de Resultados Financeiros

No exercício de 2011 foram contabilizados Custos Financeiros no montante de 489 176,36 € e Proveitos Financeiros no montante de 76 881,54 €, pelo que o Resultado Financeiro apurado foi negativo em 412 294,82 €. No documento anexo encontra-se o mapa relativo à Demonstração de Resultados Financeiros, elaborado de acordo com o modelo que consta no POCAL.

8.2.32 - Demonstração de Resultados Extraordinários

No exercício de 2011 foi apurado um Resultado Extraordinário negativo em 43 735,17 € resultante da contabilização de Custos e Perdas Extraordinárias no montante de 55 599,98 € e Proveitos Extraordinários no montante de 11 864,81 €. No documento anexo encontra-se o mapa relativo à Demonstração de Resultados Extraordinários, elaborado de acordo com o modelo que consta no POCAL:

8.2.33. Informações relevantes face à posição financeira

Custos Diferidos: referem-se a seguros pagos no exercício, relativos ao exercício seguinte;

Acréscimos de Custos: referem-se aos custos no exercício relativos à estimativa com férias, subsídio de férias e encargos com férias pagos no ano seguinte;

Proveitos Diferidos: referem-se aos subsídios ao investimento no âmbito dos projetos co-financiados, designadamente da Biblioteca Municipal, Edifício Paços do Concelho, Centro Escolar e Estação de Tratamento de Águas, Rede de Transportes Públicos

Verifica-se a necessidade de continuar a atualizar o Inventário Municipal dos bens, públicos e privados do Município.

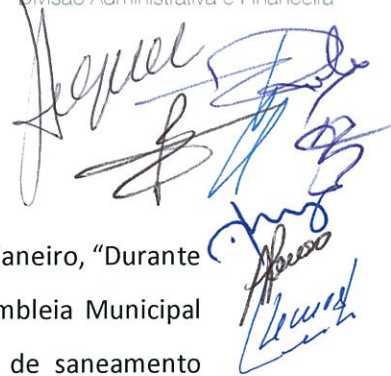


4.8 Proposta de Aplicação de Resultados

O Município de Mondim de Basto apurou no exercício de 2011, um resultado líquido de **831510,68€**.

Tendo em atenção as disposições legais e estatutárias, o executivo submete à Assembleia Municipal a seguinte proposta de aplicação de resultados:

- Reservas Legais (5%): 41 575,53 €
- Resultados Transitados/conta 59 (Restante): 789 935,15€



5 Referência ao Plano de Saneamento Financeiro

Conforme decorre do disposto no n.º 7 do art. 40º da Lei n.º 2/2007 de 15 de janeiro, “Durante o período de vigência do contrato, a apresentação anual de contas à Assembleia Municipal inclui, em anexo ao Balanço, a demonstração do cumprimento do plano de saneamento financeiro.”

Neste sentido, refira-se a apresentação e aprovação do relatório relativo ao 1.º semestre de 2011 em reunião de Câmara do dia 26 de julho de 2011, presente em reunião de Assembleia Municipal em 24 de setembro de 2011 e a apresentação e aprovação do relatório relativo ao 2.º semestre de 2011 em reunião de Câmara do dia 30 de janeiro de 2012, presente à Assembleia Municipal em 25 de fevereiro de 2012.

A este propósito mantém-se válida toda a informação constante nos relatórios, à exceção do valor da dívida de curto prazo referida no relatório de janeiro, já que nessa altura ainda não se encontrava totalmente definida e validada. **Assim, onde se lê “795 688,97 euros”, deverá ler-se: “1.046.685,00 €”.**

6. Termo de Encerramento

O presente documento- **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2011**- é parte integrante da Prestação de Contas 2011, contém 74 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, foi aprovada em reunião ordinária da Câmara Municipal de Mondim de Basto, realizada em 16 de Abril de 2012.

O Presidente do Município,

Os Vereadores,

Francisco Francisco

Paulo João da Silva

TERMO DE APROVAÇÃO FINAL

O presente documento- **RELATÓRIO DE GESTÃO DO ANO FINANCEIRO DE 2011** é parte integrante da Prestação de Contas 2011, contém 74 páginas, que antecedem e incluem esta, devidamente numeradas, aprovada em reunião ordinária da Assembleia Municipal de Mondim de Basto, realizada em ____ de Abril de 2012.

Teresa Fernandes Mendes Loureiro

António Augusto Silva

José Joaquim Teixeira Almeida
